NATÁLIA BEZAN XAVIER LOPES TRENCH

O DIREITO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL E GESTÃO ESTRATÉGICA DA
SUSTENTABILIDADE.

PUC-COGAE/ SÃO PAULO
2012

NATÁLIA BEZAN XAVIER LOPES TRENCH

O DIREITO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Monografia apresentada à banca examinadora da PUC-COGAE/SP, como exigência parcial para aprovação no Curso de Pós-Graduação 'Lato Sensu' – Especialização em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade, sob orientação da Professora Doutora Erika Bechara.

PUC-COGAE/ SÃO PAULO
2012

Banca Examinadora

Ao meu marido Rui, por todo apoio e companheirismo em todos os momentos de minha vida.

A meus pais, Etienne (in memoriam) e Maria Teresinha, meus supedâneos e eterna fonte de inspiração.

Aos meus avós, Luiza e Wilson (in memoriam), e todos meus familiares, por todo carinho, amor e compreensão.

Á amada Dinda (in memoriam), companheira fiel que nos ensinou que o conceito “família” não se resume a laços de sangue.

*À Professora Doutora Erika Bechara,
Pela orientação, atenção e disponibilidade em
auxiliar na elaboração deste trabalho.*

“Os animais não existem em função do homem, eles possuem uma existência e um valor próprios. Uma moral que não incorpore esta verdade é vazia. Um sistema jurídico que a exclua é cego”. (Thomas Regan).

RESUMO

O convívio harmônico entre o homem e os animais data de muitos anos. Inicialmente baseada na troca de favores, a domesticação foi ocorrendo, ao longo dos anos, dando início a uma relação de estreita dependência entre os animais e os seres humanos. Dessa relação de dependência, criou-se um laço afetivo e, aos poucos, estes animais deixaram de ser considerados meros objetos e passaram a serem reconhecidos como seres vivos detentores de sentimentos, padecedores de dor e sofrimento e, acima de tudo, merecedores de respeito, solicitude e benevolência. Sejam criados como animais de estimação, ou de criação e como meio de subsistência, o fato é que os animais domésticos, assim como todos os outros animais, possuem direitos básicos que devem ser lembrados e respeitados. O objetivo desta monografia é expor as principais formas de tutela jurídica destes animais, bem como expor seus direitos legais que se encontram pouco difundidos na sociedade e mesmo no meio jurídico.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Fauna. Fauna Doméstica.

ABSTRACT

There have been many years since man started to live together in harmony with animals. Firstly, based on the exchange of favors, the domestication process started to occur and, as the years went by, a strong relation of dependence developed between animals and human beings. From this relation of dependence, affective ties were established and gradually, these animals ceased to be regarded as just human objects and started to be recognized as living beings with feelings and the capacity to suffer and feel pain thus deserving respect, solicitude and kindness from us. Regardless of the fact of being bred as companions, or for the sustenance of humans by livestock farming, the fact is that domestic animals, as all others, have basic rights that must be remembered and respected. The aim of this monograph is to show the most important ways of giving them juridical support and also to present their legal rights, not widely known within our society or even in the juridical world.

Key words: Environmental Law. Fauna. Domestic Fauna.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O DIREITO DOS ANIMAIS.....	12
1.1 Antropocentrismo x Biocentrismo.....	14
1.2 Os animais possuem direitos?.....	19
1.3 Animais como sujeitos de direitos.....	22
2. A FAUNA NO DIREITO BRASILEIRO.....	25
2.1 Conceito jurídico de Fauna.....	27
2.2 Natureza jurídica da Fauna.....	29
2.3 A Fauna na Consituição Federativa do Brasil.....	32
3. O DIREITO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS.....	38
3.1 Fauna doméstica: conceito e aspectos gerais.....	39
3.2 Tutela administrativa.....	42
3.3 Tutela processual civil.....	44
3.3.1 Ação civil pública.....	45
3.3.2 Ação popular.....	46
3.3.3 Mandado de segurança coletivo.....	47
3.3.4 Mandado de injunção ambiental.....	48
3.4 Tutela processual penal.....	49
4. MINISTÉRIO PÚBLICO: O CURADOR DOS ANIMAIS.....	51
4.1 O papel do Ministério Público na defesa dos animais domésticos.....	53
4.2 Mecanismos legais para validação dos direitos dos animais domésticos.....	57
4.2.1 Ação penal pública.....	60
4.2.2 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	63
5. CULTURA X DIREITOS DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS.....	68
5.1 Aspectos legais.....	70
5.2 Práticas culturais envolvendo violência contra os animais domésticos.....	72
5.2.1 Farra do boi.....	72
5.2.2 Vaquejada.....	74
5.2.3 Rinhas de galo.....	76

5.2.4 Rodeios.....	80
5.2.5 Provas de laço.....	86
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	92

INTRODUÇÃO

Assim como nós, os animais possuem direitos básicos que devem ser respeitados. O seu direito à liberdade, a uma alimentação adequada, espaço suficiente para seu deslocamento e desenvolvimento, vacinas e a uma sadia qualidade de vida são muitas vezes sobrepostos pelos interesses humanos.

Uma das maiores vítimas do mundo antropocêntrico em que vivemos são os animais domésticos. Utilizados como meio de lucro nas mais diversas áreas, sua sensibilidade física e psíquica é na maioria das vezes ignorada.

Estes animais que convivem lado a lado conosco, com estreitos laços afetivos com os seres humanos, são submetidos a processos dolorosos de experimentação nas mais diversas áreas industriais, principalmente a cosmética, são utilizados como cobaias em salas de aula, confinados em minúsculos espaços e forçados por meios antinaturais a produzirem mais do que o seu normal, tudo isso em nome do progresso humano e do capitalismo exacerbado que toma conta de nossa sociedade.

No entanto, apesar de pouco difundidos e aplicados, os animais domésticos possuem vários dispositivos legais que os tutelam, a começar pela nossa própria Constituição Federal.

Conquanto ainda pouco explorado pela nossa doutrina jurídica, existem vários mecanismos legais para a validação do direito dos animais domésticos e para que

as leis existentes sejam realmente obedecidas, tornando-se eficazes meios para o resguardo da vida destes seres que não são capazes de se defender judicialmente.

Destarte, o objetivo deste trabalho é estudar e explicitar mais detalhadamente o direito dos animais domésticos, bem como demonstrar os instrumentos jurídicos existentes, para que nós, como seus representantes, possamos reivindicá-los na esfera jurídica.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O DIREITO DOS ANIMAIS

É comum que se fale dos animais como seres muito distantes de nós e como se fossem pertencentes a uma espécie totalmente distinta e até mesmo inferior à nossa.

Olvidamo-nos, assim, que tamanha é a semelhança entre nós seres humanos e os animais, que, biologicamente falando, somos todos em verdade, ANIMAIS, humanos ou não humanos, racionais ou irracionais, mas pertencentes ao mesmo reino animal.

“A diferença entre os animais e os homens é apenas de grau, não de gênero. Para nós como para eles, é a personalidade que nos torna previsíveis e, por isso, socialmente confiáveis. A personalidade humana é apenas um pouco mais variada”, afirma o psicólogo inglês Sam Gosling, professor da Universidade do Texas e fundador do Instituto de Personalidade Animal.¹ Ou ainda, nos sábios dizeres da ex-Senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva: “o que difere os animais dos homens é que eles já nascem sabendo tudo.”²

Apesar dos inúmeros trabalhos científicos que reconhecem cada vez mais a “inteligência animal”, a única e discutível diferença entre nós e os animais seria que somos os únicos seres considerados racionais. Este é o fundamento utilizado para o tratamento diferenciado prestado a nós, mas seria isso o suficiente para nos

¹ CORDEIRO, Tiago. **Animais: gente como a gente**. Elaborado em 06-2006. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/mundo-animal/animais-gente-como-gente-446505.shtml>> Acesso em 10-12-2011.

² SILVA, Marina. Palestra proferida na abertura do **13º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental**. São Paulo, 2009.

colocarmos acima dos animais e nos considerarmos detentores do direito de explorá-los e ignorarmos seu direito básico à vida? Porque somos indiferentes ao sofrimento animal, enquanto nos revoltamos com qualquer tipo de sofrimento humano, mesmo aquele sofrido por uma pessoa que julgamos má ou cruel?

Conforme afirma o ilustre Promotor de Justiça Heron José de Santana:

É que a ideologia especista está tão profundamente enraizada em nossa mente que nós agimos como se realizássemos um comportamento natural, sem perceber que suas regras são arbitrárias e mais ou menos inconsistentes. Com efeito, a exclusão dos animais da esfera da moralidade parte do princípio de que eles são destituídos de espírito, isto é, de atividades mentais como o querer, o pensar e o julgar, ou de atributos como a fala, a linguagem simbólica, o livre arbítrio, o raciocínio lógico, a intuição, a consciência de si, o “eu ”ou a produção de cultura.³

Ainda, nos dizeres da distinta Promotora de Justiça Vania Tuglio:

A problemática da fauna- e em especial da defesa da fauna – está longe de ser solucionada, especialmente porque vivemos um paradoxo: dentre os elementos que compõe a natureza, o que mais se aproxima do homem são os animais. Por outro lado, dentre esses mesmos elementos, o mais negligenciado pelo homem são os animais.⁴

³ SANTANA, Heron José de. **Espírito Animal e o fundamento moral do especismo**. Revista Brasileira de Direito Animal- Vol. 1, n.1 – Instituto de Abolicionismo Animal: Salvador/BA, 2006.

⁴ TUGLIO, Vania. **Direito Ambiental no STJ**. Jarbas Soares Júnior e Luciano José Alvarenga, coordenadores. 1ª ed. Del Rey: Belo Horizonte/MG, 2010.

Destarte, a seguir discorreremos sobre alguns temas de relevância no estudo da tutela jurídica dos animais.

1.1 Antropocentrismo x Biocentrismo

A questão do antropocentrismo e biocentrismo, que são concepções genéricas atribuídas pelos cientistas em face da posição do homem no meio ambiente, é bastante recorrente nas discussões relativas ao direito dos animais e ao direito ambiental em geral.

Nos ensinamentos de Édis Milaré e José de Ávila Aguiar Coimbra:

Com efeito, as formas de relacionamento da espécie humana com o mundo natural são ditadas pelas diferentes *cosmovisões* ou modos de enxergar o mundo que nos cerca. As cosmovisões, por seu turno, são inspiradas pelas diversas culturas que se sucedem com o fluir do tempo, e em vários espaços do globo, ou seja, ao longo da História. A História, por sua vez, trabalha com as coordenadas básicas de *tempo* (quando) e de *lugar* (onde); é na conjugação de tempo e lugar que os acontecimentos e as culturas se desenvolvem. Por aí se pode ver que nos distintos contextos históricos as relações do Homem com a Natureza são também muito diferentes, além de serem permanentemente complexas.⁵

⁵ MILARÉ, Édis e José de Ávila Aguiar Coimbra. **Antropocentrismo x Ecocentrismo na ciência jurídica**. Artigo publicado na *Revista de Direito Ambiental*, ano V, n.36. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 9-42.

Do grego *anthropos*: o homem (como ser humano, como espécie) e do latim *centrum, centricum*: o centro, o cêntrico, o centrado, ou do grego *Kentron*: centro, o Antropocentrismo coloca o homem no centro das preocupações ambientais e no centro do universo. A partir desta concepção o Homem, embora se considerando o “centro”, torna-se distanciado dos demais seres, colocando-se em uma posição de superioridade absoluta diante destes, sendo que apenas os seus interesses são vislumbrados, defendidos e resguardados.

Toda a legislação ambiental buscaria assim a proteção do meio ambiente, para satisfação do homem, que seria o destinatário final de toda e qualquer proteção, de toda e qualquer lei. Os animais, como bens socioambientais, quanto coisas ou semoventes são tidos somente como *res*, ou seja, objetos de direito.

Já o Biocentrismo (do grego *bios*: vida e *kentron*: centro) coloca todas as formas de vida no centro do universo. A visão Biocêntrica não rejeita a sociedade humana, mas a retira do *status* de superioridade e a coloca em equilíbrio com as outras formas de vida. Neste caso, a flora, a fauna e a biodiversidade também são considerados sujeitos de direito, devendo ser tutelados pelo direito. Este é o entendimento de juristas como Antônio Herman V. Benjamin, Édis Milaré, José Renato Nalini, entre outros.

No direito em geral, e inclusive no direito ambiental, a visão antropocêntrica acaba sempre por dominar. Conforme novamente brilhantemente nos explica Édis Milaré juntamente com José de Ávila Aguiar Coimbra:

A índole conservadora da ciência jurídica, voltada para o ordenamento formal das ações humanas na vida em sociedade, explica por si só uma tendência conatural para o antropocentrismo. A distinção quase básica entre pessoas e coisas (este é um exemplo simplificador) estabelece grande diferença entre dois mundos complementares e recíprocos, todavia separados por um fosso intransponível que, ao seu modo, a legislação cada vez mais especializada alarga e mantém aberto. Por outro lado, tal diferenciação faz sentido, porque um indivíduo humano não é “coisa”; o fato de ser vivente e racional já o distingue dos demais seres terrestres e lhe confere uma dignidade própria, inalienável. Contudo, isto não escancara o caminho para se tratar o meio ambiente e o Planeta como simples “coisa”. Todos os seres que compõem o ecossistema planetário têm a sua dignidade própria devido ao papel que desempenham e à função que lhes cabe no equilíbrio ecológico. Neste grande cenário, os sistemas vivos partilham do respeito que se dá e se deve à vida, porquanto o fenômeno da vida, tal qual a conhecemos no Universo, é prerrogativa da Terra. Tais considerações elementares passam ao largo do Direito ou, melhor dizendo, o Direito passa ao largo dessas considerações.⁶

Entretanto, conforme afirma esperançosamente o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antônio Herman Benjamin:

⁶ MILARÉ, Édis e José de Ávila Aguiar Coimbra. **Antropocentrismo x Ecocentrismo na ciência jurídica**. Artigo publicado na *Revista de Direito Ambiental*, ano V, n.36. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 9-42.

Vem ganhando força a tese de que um dos objetivos do Direito Ambiental é a proteção da biodiversidade (fauna, flora e ecossistemas), sob uma diferente perspectiva: a natureza como titular de valor jurídico *per se* ou próprio, vale dizer, exigindo, por força de profundos argumentos éticos e ecológicos, proteção independentemente de sua utilidade econômico-santiária direta para o homem.⁷

Desta forma, sob o prisma jurídico, a natureza vem sendo considerada ora objeto, ora sujeito de direito.

No direito dos animais, a situação não é diferente. Apesar de em sua maioria as leis que tutelam de alguma forma os animais, terem cunho antropocêntrico, alguns dispositivos de essência biocêntrica vêm surgindo, possibilitando a interpretação de um novo *status quo* dos Animais como sujeitos de direitos e não como objetos da propriedade pública ou privada.

Apesar de não possuir força de lei, uma vez tratar-se de documento internacional não ratificado pelo Poder Legislativo Brasileiro, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 27/01/1978, foi um dos supedâneos da causa animal, adotando a notável idéia de considerá-los como sujeitos de direitos, reconhecendo o valor da vida destes e de todos os seres vivos e propondo uma conduta humana de respeito aos animais.

⁷ BENJAMIN, Antonio Herman. **A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso.** Disponível em: < <http://www.nipeda.direito.ufba.br/artigos/pdf/ufbanaturezacoisa.pdf> > Acesso em: 11-11-2011.

Conforme salienta Edna Cardozo Dias “esse documento é um convite para o homem renunciar à sua atual conduta de exploração dos animais e, progressivamente, ao seu modo de vida e ao antropocentrismo, para ir de encontro do biocentrismo. Por essa razão, representa uma etapa importante na história da evolução do homem.”⁸

Contudo, o referido texto não deixa de fazer algumas concessões antropocêntricas aos discorrer sobre a “morte necessária”, a labuta, a vivissecção e o abate dos animais, compactuando, de certa forma, com o sistema utilitarista que se verifica no tradicional discurso ecológico, reduzindo o animal a algo que deve ser usado (e abusado) em prol da humanidade.

No Brasil, os animais foram juridicamente protegidos de forma inédita em 1924, através do Decreto 16.590 que dispôs sobre o funcionamento dos estabelecimentos de distração pública, proibindo rinhas de galo e canário, corridas de toutros, novinhos e garraios.

Posteriormente, o Decreto 24.645 de 1934, que ainda continua parcialmente em vigor, a Lei 9.605/98 e até mesmo a nossa Carta Magna de 1988, entre outros diplomas legais, foram de grande valia para o direito dos animais, reforçando a proteção jurídica destes e dando mecanismos para a defesa animal tornar-se mais eficaz.

⁸ DIAS, Edna Cardozo. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte/MG: Mandamentos, 2001. p.333.

Apesar de longe de serem perfeitas, o fato é que a visão antropocêntrica vai aos poucos dando espaço à visão biocêntrica, permitindo a tutela mais efetiva dos animais e de todos os seres vivos, não se restringindo apenas ao homem.

Por fim, sabiamente observa Luís Paulo Sirvinkas: “Como podemos ver, a natureza deve ser protegida para as presentes e futuras gerações por ser sujeito de direito (biocentrismo ou não-antropocentrismo) ou para a utilização humana (antropocentrismo – puro, intergeracional, mitigado ou reformado).”⁹

Destarte, não importa sob qual pretexto ou visão (antropocêntrica ou biocêntrica), o fato é que existem em nossa legislação mecanismos que possibilitam a defesa e proteção dos animais, conferindo-lhes direitos que devem ser observados e resguardados.

1.2 Os animais possuem direitos?

A questão sobre o direito dos animais é polêmica e ainda muito controversa em nossa legislação e também na legislação internacional. Entretanto, cada vez mais a doutrina majoritária tanto nacional, quanto internacional, vem entendendo que os animais são detentores de direitos fundamentais, que devem ser preservados.

O fato é que independentemente das diferentes opiniões sobre a importância dos animais, ou sua relevância apenas enquanto interessante aos humanos, ou ainda sobre sua capacidade de sentir dor e sofrer física e psicologicamente, de qualquer

⁹ SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 6ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 13.

forma, somos normalmente unânimes em concordar que devemos ser bons com os animais e não submetê-los a crueldade, conclusões estas que “per se” denotam que os animais têm direitos.

Conforme explica Tom Regan, em seu livro “Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais”: “Direitos animais é uma idéia simples porque, no nível mais básico, significa apenas que os animais têm o direito de serem tratados com respeito. E é uma idéia profunda porque suas implicações têm amplas conseqüências.”¹⁰

Em verdade, assumir que os animais possuem direitos significa abolir hábitos de exploração animal, já culturalmente muito enraizadas em grande parte dos seres humanos e lutar também contra grandes indústrias de exploração animal, indústrias estas que possuem todo respaldo de uma mídia sensacionalista e que implanta algumas falsas idéias na mente da população em geral, além de serem detentoras de grande capital que impulsionam e influenciam nas políticas econômicas de diversos países.

Ainda conforme salienta Regan: “Independentemente de os explorarmos para nossa alimentação, abrigo, diversão ou aprendizado, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas mais espaçosas”.¹¹

Daí porque tal tema é tão polêmico e controvertido, pois vai contra os interesses econômicos de muitos, ou contra os cômodos hábitos de uma maioria e, por fim, contra a visão antropocêntrica da maior parte das leis.

¹⁰ REGAN, Tom. **Empty cages: facing the challenge of animal rights [Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais]**. Maryland, U.S.A.: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 12.

¹¹ Idem.

Mas se todo “ser vivo” quer viver, porque apenas a soberba humana determina quem tem direito a este direito natural?

Destarte, o Direito Ambiental não pode e não deve ser interpretado com uma visão antropocêntrica e voltada apenas para o homem e o interesse humano, conquanto deve, seguramente, ser decodificado de forma a priorizar a preservação de todos os seres vivos e de toda a natureza em comunhão com os seres humanos.

O ilustre Promotor de Justiça Laerte Levai brilhantemente ressalta que uma justiça que não inclua em seu manto protetor as outras criaturas sensíveis, não é uma justiça plena. Assim como a lei que se afasta da justiça, não é pura e justa.¹²

Nesta vertente, devemos tentar estabelecer uma conexão e comunicação entre o Direito Ambiental e o Direito dos Animais, que muito embora, este último esteja embutido no conceito deste primeiro, tratam-se, em verdade, de duas correntes de pensamentos distintas: a primeira, que vê as plantas e os animais como recursos da flora e da fauna e que devem ser preservados para desfrute do homem atual e das futuras gerações, e a segunda, que vê os animais como seres singulares e titulares de direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à integridade física e psíquica.

¹² LEVAI, Laerte Fernando. Palestra realizada no **Simpósio do IJA: Florestas, animais e direito à vida**. São Paulo/SP: Realização do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância) USP e Instituto de Justiça Ambiental, 26 e 27 de maio de 2011.

1.3 Animais Como Sujeitos de Direitos

Um grande número de doutrinadores jurídicos do mundo inteiro, já considera os animais como sujeitos de direitos. Um dos principais argumentos que justificam esta concepção é o de que os animais tornam-se sujeitos de direitos por força das leis que os protegem.

Muito embora não sejam dotados de capacidade postulatória, o Poder Público e a coletividade foram constitucionalmente incumbidos de protegê-los, sendo o Ministério Público o órgão competente para representá-los em Juízo. Conclui-se, daí, que os animais são sujeitos de direitos, muito embora esses devam ser pleiteados através de representação, assim como acontece com as pessoas relativamente incapazes ou incapazes, que, mesmo assim, são reconhecidas como pessoas.

A *contrario sensu*, aqueles que não reconhecem os animais como detentores de direitos possuem como principal argumento a convicção de que o Direito só pode ser aplicado a pessoas, sendo, portanto, apenas as pessoas físicas ou jurídicas passíveis de serem considerados sujeitos de direitos.

Reconhecer esse direito aos animais, entretanto, implica ver o direito num panorama ampliado, onde a Ética projeta-se além das normas jurídicas, para alcançar, indistintamente, todos os seres vivos. O simples fato dos animais serem comprovadamente capazes sencientes e passíveis de sofrimento, já deveria ser o suficiente para assegurar nossa consideração moral, impedindo que lhes fossem infringidos maus tratos ou a matança cruel advinda de interesses humanos.

Caso ainda restem dúvidas se os animais realmente possuem direitos, podendo ser chamados assim de sujeitos de direitos, deve-se tomar por base a acepção mais ampla do termo direito e a conhecida teoria tridimensional do Direito, consagrada pelo Mestre Miguel Reale¹³.

Segundo esta teoria, a palavra direito engloba três elementos essenciais: fato, valor e norma. Sendo assim, para que seja considerada a existência de direito, deverá haver um determinado fato (como maus tratos, por exemplo), uma norma, ou seja, uma legislação que disponha sobre este fato (neste exemplo, pode-se citar a Lei de Crimes Ambientais, entre outras) e o valor, como sendo a concretização da idéia de justiça.

Sob este prisma, conclui-se que os animais têm direitos e podem ser considerados sujeitos de direitos.

Corroborando com o nosso pensamento a jurista Danielle Tetü Rodrigues ao afirmar que

Relutar contra a imposição do direito dos Animais é apenas retardar o inevitável. Ao Final não trará nenhuma vantagem ao homem, pois o paradigma já restou modificado, e o ordenamento jurídico, mesmo em seu segmento antropocêntrico, é hábil a proteger os Animais como sujeitos de direito. Ademais, ainda que em pequena parcela, os povos estão cada vez mais conscientes sobre a necessidade de se

¹³ REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito – Situação Atual**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

aferir o adequado respeito aos Animais, como seres dotados de sensações, percepções, inteligência e, portanto, de vida.¹⁴

Igualmente defende Edna Cardozo Dias:

O fato de o homem ser juridicamente capaz de assumir deveres em contraposição a seus direitos, e inclusive de possuir deveres em relação aos animais, não pode servir de argumento para negar que os animais possam ser sujeitos de direito. É justamente o fato dos animais serem objeto de nossos deveres que os fazem sujeitos de direito, que devem ser tutelados pelos homens. Podemos concluir que os animais são sujeitos de direitos e que seus direitos são deveres de todos os homens.¹⁵

Deste modo, independentemente de como analisarmos as diversas leis que tutelam os animais, verificamos que é claro, e cada vez mais aceito no nosso sistema jurídico, a posição do animais como sujeitos de direitos, sejam pelas obrigações que temos para com eles e que estão previstas em lei, ou por seus direitos também regulamentados de não serem maltratados, de serem preservadas suas integridades físicas, e de seu direito à vida.

¹⁴ RODRIGUES, Danielle Tetù. **O direito & os Animais- Uma abordagem ética, filosófica e Normativa**. 1ª ed. 3ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2005.p.105

¹⁵ DIAS, Edna Cardozo. **Os animais como sujeitos de direito**. Elaborado em 09-2005. Disponível em:< <http://jus.com.br/revista/texto/7667/os-animais-como-sujeitos-de-direito> > Acesso em: 16-07-2011.

2. A FAUNA NO DIREITO BRASILEIRO

A fauna nacional é um bem ambiental que é aquele definido constitucionalmente (art. 225, *caput*, da Constituição Federal de 1988) como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, caracterizando-se, assim, como um bem difuso, não podendo ser considerado bem público e, muito menos, bem privado.

Como explica a ilustre Desembargadora Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida:

Os bens ambientais são bem difusos, de uso comum do povo (Constituição Federal, art. 225, *caput*); não são bens públicos, pertencentes ao patrimônio público, ou seja, bens de domínio (propriedade) da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; são bens que estão sob a administração destes entes públicos (administração direta e indireta).¹⁶

Corroborando com este entendimento, assim explica o Luís Paulo Sirvinskias em seu livro *Manual de Direito Ambiental*:

O bem ambiental (...) não pode ser classificado como bem público nem como bem privado (art.98 do Código Civil de 2002). Trata-se de uma terceira categoria de bem que não se classifica como público nem como privado. No entanto, tal bem se situa numa faixa intermediária entre o público e o privado, denominando-se bem difuso. Esse bem pertence a cada um e, ao mesmo tempo, a todos. Não há como identificar seu titular, e o seu objeto é insuscetível de divisão.¹⁷

¹⁶ AgI 192.647, acórdão publicado na **Revista Brasileira de Direito Ambiental**. São Paulo: Fiúza, n.1, p. 305, jan./mar. 2005.

¹⁷ SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 49.

Salienta-se, contudo, que muito embora a fauna seja, conforme o supracitado, um bem ambiental, de natureza difusa e, portanto, pertencente a todos, ninguém pode dispor dela sem a devida autorização legal e o comprometimento em mantê-la, na medida do possível, preservado. Os motivos econômicos, políticos ou até mesmo sociais, não podem nunca se sobrepor à preservação desta, que é essencial ao meio ambiente e à humanidade.

Ressalta-se ainda, que o nosso dever de tutelá-la e preservá-la sobrepõe-se a nossos interesses particulares e individuais, já que as futuras gerações têm, assim como nós, o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado que lhes garanta uma sadia qualidade de vida, onde a presença da fauna, em todas as suas vertentes – doméstica, domesticada, silvestre, aquática, nativa ou exótica - se faz imprescindível para a garantia do mencionado equilíbrio ecológico.

Por todo exposto, verifica-se a real necessidade de uma tutela efetiva da fauna, inclusive e principalmente no âmbito jurídico, até mesmo por que conforme defendido por Luís Paulo Sirvinskias, “a fauna deve ser preservada, pois integra o meio ambiente previsto no art.225, *caput*, da CF. Os animais têm o mesmo *direito* que o homem de viver no planeta Terra.”¹⁸

Neste capítulo, estudaremos a fauna no âmbito jurídico, analisando seu significado legal e alguns relevantes aspectos legais aplicáveis a ela.

¹⁸ SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 410.

2.1 Conceito Jurídico de Fauna

Antes de abordar o conceito de fauna no âmbito jurídico, mister que se disponha seu conceito no sentido etimológico e biológico, para que a partir daí, sua definição científica seja devidamente enquadrada no universo jurídico.

O vocábulo fauna tem sua origem do latim *faunus*, que significa “ente mitológico, habitante dos bosques e florestas”.¹⁹ Há ainda aqueles que consideram ser esta palavra originária do latim *fauna* “divindade, mulher de *Faunus*, deus da fecundidade dos rebanhos e dos campos”.²⁰

No entanto, nenhuns destes significados aproximam-se do atual sentido da palavra fauna. Tem-se hoje como sua definição o conjunto de animais de um determinado local ou habitat, divergindo, portanto, com seu significado etimológico.

Sendo assim, fauna significa, segundo o renomado Dicionário Aurélio, “o conjunto dos animais próprios de uma região ou de um período geológico”.²¹

Ainda, num conceito biológico e mais detalhado, “fauna é toda a vida animal de uma área, um habitat ou um estrato geológico num determinado tempo, com limites espacial e temporal arbitrários”.²²

¹⁹SOARES, José Luis. **Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia**. São Paulo: Scipione, 1993. p. 164.

²⁰MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1952.1.v. p. 957.

²¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988. p. 291.

²² WATANABE, Shiguo (Coord.). **Glossário de ecologia**. São Paulo: ACIESP, 1997. p. 113.

É oportuno estabelecer, entretanto, a diferença existente entre o conceito de fauna e de reino animal, já que este engloba o conjunto de animais - racionais e irracionais - do planeta, enquanto aquele se limita ao conjunto de animais de uma determinada região, área ou país. Assim, todos os animais que fazem parte da fauna de diferentes regiões, estão contidos no reino animal.

Trata-se de uma distinção de suma importância, já que nem todos os animais obtiveram idêntica tutela no campo jurídico, e em virtude desta confusão de significados entre estes dois vocábulos, há um grande número de divergências e embates quando analisado sob a ótica legal.

Finalmente, o termo fauna, no sistema jurídico brasileiro, segundo entendimento majoritário, é o conjunto de todos os animais encontrados no Brasil, sem distinções ou exclusões, sejam eles domésticos, domesticados, exóticos, migratórios, originários ou não de nosso país, posto que a *Magna Lex Brasileira* de 1988, “de forma harmônica com o sistema jurídico brasileiro, previu e adotou, de forma expressa, clara e inconfundível, a correta expressão ‘os animais’ ou seja, todos os animais são constitucional e legalmente protegidos”.²³

Deve ser esclarecido que a fauna, em seu conceito jurídico, engloba apenas os animais irracionais divergindo do conceito aplicado pela doutrina biológica que a concebe como o conjunto de todos os animais racionais ou irracionais de uma região ou país.

²³ CUSTÓDIO, Helita Barreira. Crueldade contra animais e a proteção destes como relevante questão jurídico-ambiental e Constitucional. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.n.10. p. 65.

Exclui-se deste conceito, portanto, o homem, já que, segundo Érika Bechara, os animais irracionais e “o homem não estão no mesmo patamar e não recebem o mesmo tratamento. Logo, não podem conviver sob a mesma definição jurídica, como se semelhantes fossem”.²⁴

Com base nessa análise, temos que o termo fauna no texto constitucional garante proteção a todos os animais irracionais que se encontrem em território brasileiro, independentemente de sua função ecológica, seu habitat ou sua origem.

2.2 Natureza Jurídica da Fauna

Temos que a fauna, *lege data*, é um recurso ambiental e, portanto, sua natureza jurídica é de bem de interesse difuso, ou seja, interesses transindividuais, indivisíveis, contendo como titulares pessoas indeterminadas e ligadas apenas por circunstâncias de fato (art. 81, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 8.078, de 11-09-1990, Código de Defesa do Consumidor).²⁵

O que caracteriza a fauna como bem de natureza difusa é, essencialmente, a sua função ecológica.²⁶ Contudo, alguns pontificam que apenas a fauna silvestre preencheria a característica própria do bem de natureza difusa que deve ser

²⁴ BECHARA, Erika. **A proteção da fauna sob a ótica Constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003. p. 91.

²⁵ MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p.517.

²⁶ SILVA, Luciana Caetano da. **Fauna terrestre no Direito Penal Brasileiro**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. p. 73.

essencial à sadia qualidade de vida e de uso comum de todos, sendo que a fauna doméstica, por exemplo, não se enquadraria neste conceito.

Tal divergência doutrinária dá-se devido às diversas interpretações que o texto constitucional, com sua regulamentação expressa da caça e da pesca, acarreta ao termo fauna e também a falta de unidade conceitual existente entre as diversas leis. Afonso da Silva, por exemplo, interpreta literalmente os dispositivos constitucionais, alegando que a proteção dos animais recai especificamente aos silvestres e aos peixes.

Entretanto, a maior parte dos doutrinadores afirma que “a noção constitucional da expressão fauna silvestre deve incluir todos os Animais em sua mais completa classificação, ou seja, desde os silvestres até os aquáticos, excluído o ser humano, bem como seria essa garantia constitucional estendida aos Animais da fauna brasileira ou não, que estejam em território nacional.”²⁷ Esse é o entendimento de Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Diomar Ackel filho, Edna Cardozo Dias, Ela Wiecko V. de Castilho, Helita Barreira Custódio, Laerte Fernando Levai, Paulo Affonso Leme Machado, Erika Bechara, Luciana Caetano da Silva, entre outros.

De acordo com Laerte Levai, “a Lei dos Crimes Ambientais, portanto, teve o mérito de uniformizar essa situação, criminalizando a conduta daqueles que atentam contra a fauna, seja ela silvestre, doméstica ou domesticada, nativa ou exótica, incluindo na

²⁷ SILVA, Luciana Caetano da. **Fauna terrestre no Direito Penal Brasileiro**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. p. 67.

sua esfera de proteção todos os animais que porventura estejam em território brasileiro”.²⁸

De fato, a doutrina majoritária dispõe que “a fauna como bem ambiental – seja ela silvestre, doméstica ou domesticada - (...) está agregada ao adjetivo ‘essencial à sadia qualidade de vida’, eis que tal qualificativo é próprio, a Constituição o diz, dos bens ambientais”.²⁹ Em outras palavras, todos espécimes integrantes da fauna brasileira

Nativos ou não, independentemente de qualquer classificação, espécie ou categoria, de sua ferocidade, nocividade ou mansidão, constituem bens ambientais integrantes dos recursos ambientais juridicamente protegidos.”³⁰

Reforçando esse raciocínio, está o ensinamento ecológico de que todos os animais são, de algum modo, essenciais à sadia qualidade de vida, seja auxiliando no equilíbrio ecológico, nas experiências científicas ou no lazer. Assim, “o fato de os animais domésticos não possuírem função ecológica não os exclui do conceito de fauna como elemento do bem jurídico ambiente”³¹.

²⁸ LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p.35.

²⁹ BECHARA, Erika. **A proteção da fauna sob a ótica Constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003. p. 96.

³⁰ CUSTÓDIO, Helita Barreira. Crueldade contra animais e a proteção destes como relevante questão jurídico-ambiental e Constitucional. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.n.10. p. 82.

³¹ SILVA, Luciana Caetano da. *Op. Cit.* p. 74.

2.3 A Fauna na Constituição Federativa do Brasil

Ao reconhecer a importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado para a coletividade e a importância da fauna para que isto efetivamente ocorra, a nossa atual Constituição Federal, promulgada em 1988, prevê em seu texto a tutela jurídica da fauna e da flora nacional. É o que se verifica pelo texto apreendido do artigo 225, caput, da mencionada Constituição Federal de 1988, que assim dispõe, *in verbis*: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida...”, asseverando ainda no §1º, inciso VII do mesmo artigo, *in verbis*:

Art. 225, §1º, inciso VII - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:... VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies e submetam os animais à crueldade.

Vê-se, portanto, que a tutela da fauna, longe de ser apenas algo de cunho biológico ou moral, é um dever legal, previsto constitucionalmente e que, assim como os outros temas tratados por nossa Carta Magna, deve ser veementemente observado e respeitado.

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, os estados seguiram o exemplo e contemplaram a defesa animal em suas constituições. O exemplo foi, ainda, seguido por diversas leis orgânicas dos municípios. Hoje a proteção animal tornou-se uma garantia constitucional.

É importante observar que nossa Constituição incumbe este dever de tutela não apenas à coletividade, mas também e, principalmente, ao Poder Público, ao assegurar em seu art. 225, caput, *in verbis*, que se impõe “(...) ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Vale ainda salientar que tais dispositivos referem-se a toda espécie de fauna existente, ou seja, abrange tanto a terrestre, quanto à aquática, a doméstica, domesticada, silvestre, etc. Observa-se que em momento algum, a Lei Maior ofereceu um tratamento específico a cada um deles, sendo que, portanto, todos eles devem ser tratados igualmente, sem distinção de quaisquer gêneros.

No entanto, há alguns diplomas infraconstitucionais que tutelam as diversas divisões da fauna, como, por exemplo, a Lei de Proteção à Fauna (Lei n. 5.197, de 3-01-1967), que cuida da fauna silvestre, e o Código de Pesca (Decreto-Lei n. 221, de 28-02-1967) e a Lei n. 11.959, de 29-06-2009), que versam exclusivamente sobre a fauna aquática. Isso não significa dizer, entretanto, que os demais tipos de fauna que não possuem uma lei específica a respeito, estejam despidas de proteção legal. Além da Constituição, há uma série de outros diplomas legais, a se ver pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938, de 31-08-1981), que oferecem soluções pertinentes à preservação de todos eles.

Há ainda, alguns temas importantes, concernentes a fauna, que foram cuidados expressamente em nossa Lei Maior, como sua função ecológica, a extinção das espécies, a crueldade contra os animais e o manejo ecológico das espécies.

No que se refere à sua função ecológica, a preservação da fauna é fator *sine qua non* para a obtenção de um meio ambiente harmônico e equilibrado. Trata-se, esta função, das atividades empenhadas pelos animais que proporcionam equilíbrio ao ecossistema e que o mantêm estruturado.

Sabe-se que a natureza funciona numa engrenagem perfeita, onde cada animal possui sua função ecológica e seu papel em sua cadeia alimentar. A interferência ou alteração nesta engrenagem, por menor que seja, pode ser desastrosa, desestruturando toda uma cadeia alimentar e desencadeando um desequilíbrio ecológico que certamente afetará a vida de toda a sociedade. Por essa razão, todas as atividades que comprometam a função ecológica dos animais em geral, devem ser combatidas e evitadas, conforme o mandamento constitucional.

Outra questão tratada por nossa *Lex Magna* refere-se à extinção das espécies, onde novamente com o objetivo de manter o equilíbrio ambiental e a biodiversidade do ecossistema, ela proíbe, terminantemente, as práticas em potencial ou que efetivamente possam vir a causar a extinção das espécies.

Inserido está também, obviamente, neste regime protetivo constitucional, as sub-espécies, assim entendidas as “populações de mesma espécie que diferem em

determinadas características e estão adaptadas a ambientes diferentes”.³² Embora seja verdade que o constituinte não tenha sido extremamente técnico, não teria sentido desdenhar que as sub-espécies integram a "espécie" e, por conseguinte, merecem igualmente proteção.

Quanto às práticas supracitadas que podem causar a extinção das espécies, podemos citar muitas delas, como, por exemplo, a destruição do habitat das diferentes espécies, a caça desenfreada e o comércio ilegal, a introdução de espécies exóticas no território nacional (que podem acarretar todo um desequilíbrio nas cadeias alimentares e no ecossistema), entre outras. Tais práticas devem, portanto, ser proibidas em todos os Estados brasileiros e efetivamente fiscalizadas para que não ocorram na clandestinidade.

Outra preocupação do constituinte foi quanto à proibição da submissão dos animais à crueldade. Trata-se de uma questão bastante tormentosa para os operadores do Direito, na medida em que é difícil discernir entre as atividades praticadas contra os animais considerados cruéis, dentro do conceito jurídico indeterminado “crueldade” utilizado pela Constituição, e as demais atividades praticadas contra a fauna que, no entanto, visam à manutenção da sadia qualidade de vida do homem, e que, por isso não são tomadas por cruéis, no sentido empregado ao termo pela própria Lei. Isto porque “a própria Constituição possibilita-nos, ainda que implicitamente, a prática de algumas atividades que, embora cruéis, atendem a direitos fundamentais da pessoa

³² AMABIS, José Mariano *et alii*. **Biologia das Populações**. São Paulo: Editora Moderna, 2001. p. 279.

humana - objetivo maior da Lei Maior".³³ No entanto, esta conflituosa questão será oportunamente tratada.

Tal preocupação, embora a primeira vista parece ser com a integridade física dos animais, é antropocêntrica, assim como todo nosso regime jurídico-constitucional. O que se buscou tutelar, na verdade, foi a integridade física-psíquica do próprio homem, para que ao incentivar a compaixão para com os animais (que como seres vivos, são dotados de sentimentos e capacitados de sofrer), se desenvolvesse uma sociedade composta por pessoas mais brandas, com um maior grau de sensibilidade, desestimulando, assim, a violência e a crueldade.

Ainda no que se refere a esta questão, professora Helita Barreira Custódio que

O fim da definição do crime de crueldade é aquele de respeitar e favorecer a brandura dos costumes e de impedir aquelas manifestações de violência e perversidade que, havendo por objeto material os animais, podem igualmente transformar-se em escola de insensibilidade aos outros sofrimentos.³⁴

Por fim, o art. 225, §1º, I, da Constituição Federal, promulgada em 1988, incumbiu o Poder Público de prover o manejo ecológico das espécies. Convém, a propósito, primeiramente, conceituarmos o termo manejo ecológico.

³³ BECHARA, Erika. **A proteção da fauna sob a ótica Constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003. p. 69.

³⁴ CUSTÓDIO, Helita Barreira. Crueldade contra animais e a proteção destes como relevante questão jurídico-ambiental e Constitucional. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.n.10. p. 62.

Manejo ecológico “é a intervenção humana sobre o meio ambiente e as espécies animais e vegetais, capaz de assegurar-lhes a sobrevivência e uma utilização capaz de assegurar bem-estar à sociedade”,³⁵ “diz respeito à interação entre o homem e as diferentes formas de vida animal e vegetal”,³⁶ ou ainda, “significa lidar com as espécies de modo a conservá-las, recuperá-las, quando for o caso”.³⁷

Sendo assim, consiste este tema, constitucionalmente previsto, na administração dos recursos faunísticos e florísticos de forma que não lhes faltem as condições necessárias para que possam se desenvolver seja pela exploração racional, pela preservação de seu habitat ou quando impossível, fornecendo-lhes condições em áreas semelhantes.

³⁵ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 5.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 52.

³⁶ BARROSO, Luís Roberto. A proteção do meio ambiente na Constituição brasileira. In: **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 1.v. p. 129.

³⁷ SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 31.

3. O DIREITO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Fruto de uma prática realizada desde os primórdios, a domesticação de animais reflete a necessidade humana de possuir certos animais ao seu lado, seja como fonte de alimento, para auxiliá-lo na caça de subsistência, visando o fornecimento de produtos, ajudando-o em determinados tipos de trabalho ou apenas fazendo-lhe companhia.

Primeiramente baseado na troca de favores, já que o homem proporcionava aos animais proteção, alimento e abrigo em troca dos produtos e diversos benefícios oferecidos por eles, o relacionamento entre homem e animal foi estreitando-se cada vez mais.

Ao longo dos anos, um estreito laço de dependência foi criado entre os animais, principalmente os domésticos, e o homem, fazendo com que se desenvolvesse um sentimento afetivo de ambas as partes. Os animais passaram, então, a serem reconhecidos como seres sencientes, merecedores de respeito e vida digna.

O respeito e afeto pelos animais foi diretamente refletido em nosso ordenamento jurídico, que reconheceu a estes uma série de direitos que serão oportunamente explicitados neste trabalho. Estes direitos, assim como todos os enunciados jurídicos, devem ser devidamente obedecidos, respeitados e reconhecidos.

As leis que tutelam a vida dos animais domésticos, em especial, devem ser observadas, haja vista que a domesticação foi um processo desenvolvido

exclusivamente pelo homem e imposto aos animais, visando, *a priori*, o benefício desse.

Segundo nos informa Roberto Carramenha, em seu livro *Direito da Natureza*, podemos assegurar que no Brasil a preocupação com a proteção animal é antiga, já que um antigo código de posturas do município de São Paulo, datado de 6 de outubro de 1886, já regulava em alguns de seus artigos a defesa dos animais que viviam na cidade de São Paulo, coibindo abusos e explorações.

Após esta, diversas outras normas jurídicas brasileiras procuraram despertar a consciência para o sofrimento animal e a defesa jurídica deste, tendo sido ampliado, especialmente a partir da década de 30 para cá, o rol de leis em defesa dos animais, inclusive dos animais domésticos.

A validação destas leis pode ser obtida através da utilização de vários mecanismos legais, dispostos nas mais diversas áreas do direito, mecanismos estes que serão explicitados a seguir.

3.1 Fauna Doméstica: conceito e aspectos gerais

Fauna, conforme já visto anteriormente, é o conjunto de espécimes animais que vivem num determinado país ou região. Ao ser tutelada pela lei ambiental, foi classificada com base em critérios técnicos, sendo dividida em: silvestre, doméstica, domesticada, nativa, exótica ou migratória.

Segundo o disposto no art.29, §3º da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), *in verbis*, são consideradas animais da **fauna silvestre**

“todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.”

Nesse contexto, temos a fauna nativa (nacional) que é aquela naturalmente oriunda de nosso país, a exótica, proveniente de países ou regiões estrangeiros (avestruz, búfalo, javali, chinchila, etc.) e a migratória que é constituída por animais que se deslocam entre as diversas regiões do mundo durante sua vida (como, por exemplo, os patos selvagens que migram de acordo com as estações do ano).

Por sua vez, a **fauna domesticada**, segundo a jurista Edna Cardoso Dias, comporta os “animais silvestres, nativos ou exóticos, que, por circunstâncias especiais, perderam seus ‘habitats’ na natureza e passaram a conviver pacificamente com o homem, dele dependendo para sua sobrevivência”.³⁸ É o que acontece com a maioria dos animais mantidos em circos ou zoológicos.

Quanto à **fauna doméstica**, objeto do presente trabalho, é aquela constituída de “espécies que, através de processos tradicionais de manejo, passaram a ter características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem”,

³⁸ DIAS, Edna Cardozo. **A Tutela Jurídica dos Animais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. p. 104.

ou ainda, segundo o art. 2º, inc. III da Portaria nº 93 do IBAMA, de 7 de julho de 1998, *in verbis*, são:

“Todos aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou.”

Sendo assim, consideram-se domésticos os animais que ao longo dos anos, por diversos motivos, sofreram processos de domesticação, ou seja, passaram a viver harmonicamente com os seres humanos, criando-se uma relação de interdependência entre eles, inclusive.

A fauna doméstica subdivide-se, ainda, em urbana e rural.

Fazem parte da fauna doméstica urbana, os animais de estimação, por exemplo, e também aqueles que circulam abandonados nas ruas, sendo, em sua maioria, cães e gatos. Temos também algumas espécies de eqüinos, que, embora, muitas vezes os encontremos nas cidades sendo utilizados como meio de tração por carroceiros, são, em sua essência, rurais.

Já a fauna doméstica rural é aquela encontrada no campo. São os animais de granja e pasto, como a galinha, o porco, a vaca, a cabra, o pato, etc. e os animais utilizados para tração e transporte campestres, como os cavalos e jumentos.

A seguir, serão expostos os três principais tipos de tutela jurídica para a validação do direito destes animais.

3.2 Tutela Administrativa

A tutela administrativa ambiental fundamenta-se no previsto no artigo 225, § 3º Da Constituição Federal, que assim dispõe, *in verbis*:

“As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Neste contexto, consideram-se infrações administrativas ambientais toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme disposto no artigo 2º do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e igualmente definido no artigo 70 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), infrações essas que são penalizadas com sanções administrativas.

O Brasil possui órgãos administrativos que possuem competência específica a respeito da tutela jurídica dos animais. Estes organismos públicos não apenas podem, como possuem o dever de solucionar as situações consideradas lesivas aos animais, através da punição no âmbito administrativo.

Esses órgãos consistem no IBAMA³⁹, ente autárquico específico para a administração ambiental e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, as Secretarias do Meio Ambiente e outros serviços descentralizados como a Polícia Ambiental.

Afora os órgãos supramencionados, temos ainda o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a Capitania dos Portos do Ministério da Marinha que são competentes para lavrar auto de infração administrativa e instaurar respectivo processo administrativo, penalizando com a sanção administrativa competente ao caso.

Ainda, qualquer pessoa que tomar conhecimento de uma infração ambiental, inclusive contra a fauna doméstica, poderá apresentar representação às autoridades integrantes do SISNAMA, conforme preceitua o artigo 70, §2º, da Lei 9.605/1998, sendo certo que ao autoridade ambiental deverá promover imediatamente a apuração da infração ambiental sob pena de co-responsabilidade, consoante artigo 70, §3º do mesmo diploma legal.

Cumprе ressaltar que, na esfera administrativa, qualquer fiscalização ou eventual aplicação de sanção administrativa deve pautar-se na lei, sendo observado pela Administração Pública o princípio da legalidade, sob pena de ofensa ao previsto no artigo 5º, inciso II da Constituição Federal do Brasil.

As sanções aplicáveis às infrações administrativas contra a fauna encontram-se elencadas no artigo 3º do supramencionado Decreto nº 6.514, de 22 de julho de

³⁹ IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

2008. São elas: a advertência; a multa simples; a multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; suspensão total ou parcial das atividades; pena restritiva de direitos; reparação dos danos causados; entre outras.

Quanto aos animais domésticos especificamente, as sanções aplicáveis às infrações administrativas cometidas contra estes se encontram discriminadas no artigo 29, do supramencionado Decreto, sendo que aquele praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar estes animais, estará sujeito a multas administrativas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

3.3 Tutela Processual Civil

Na esfera civil, há algumas ações específicas que visam tutelar um contexto plural de interesses (o direito dos animais domésticos, inclusive), dentre as quais ressaltam-se as ações coletivas que se subdividem em: ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo.

Outrossim, temos o mandado de injunção ambiental. Trata-se de um instrumento processual que pode ser muito eficaz na defesa ambiental quando devidamente utilizado.

3.3.1 Ação Civil Pública

Trata-se de uma ação que visa evitar ou reparar danos causados ao meio ambiente, dentre outros. O objeto desta ação será a condenação à reparação do dano ou a cominação de obrigação de fazer ou não fazer daquele que infringiu, ou que está infringindo, uma determinada norma legal.

Como os animais domésticos compõem a fauna e, conseqüentemente, fazem parte do meio ambiente tutelado pelo art. 225 da Constituição Federal de 1988, e levando-se em conta ainda que a preservação destes seja um interesse coletivo, temos que a ação civil pública poderá ser utilizada na tutela jurídica dos animais. No entanto, quando aplicada para tutelar os direitos dos animais domésticos, seu objeto visará, preferencialmente, evitar que o dano ocorra, haja vista na maioria das vezes é impossível reparar-se um dano cometido contra um animal.

Este instrumento tem sido amplamente utilizado para a tutela dos animais domésticos, pleiteando-se, por exemplo, a proibição de realização de rodeios ou a proibição de animais para experimentos científicos ou para a prática da vivissecção.

Quando a condenação da ação civil pública for caracterizada por uma obrigação de fazer, será ordenada judicialmente a prestação da atividade devida ou a cessação daquela considerada nociva. Caso não ocorra o cumprimento desta obrigação, deverá ser promovido o cumprimento da sentença, obrigando assim o condenado a cumprir as obrigações determinadas judicialmente, sob as penas previstas no art.461, § 5º, do Código Processual Civil Brasileiro.

3.3.2 Ação Popular

A ação popular encontra-se prevista no art. 5º, inc. LXXIII, da CF ao dispor que, *in verbis*:

“qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada a má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.”

Todavia não venha sendo utilizado em relação ao meio ambiente, caracteriza-se como um importante instrumento judicial de proteção ambiental, dada a amplitude de sua titularidade, o que facilita muito a sua propositura e utilização. Poderá ser interposta por toda e qualquer pessoa titular de cidadania, excluindo-se, assim, apenas os estrangeiros, os apátridas, os que não exercem seus direitos políticos (seja porque os perderam ou porque não os adquiriram) e as pessoas jurídicas.

Seu objeto, conforme podemos verificar pelo artigo acima transcrito, é a desconstituição do ato lesivo e a condenação de seus responsáveis à reparação de eventuais prejuízos efetivamente causados, incluindo a obrigação de restaurar o estado anterior daquilo que restou danificado.

É necessário que os cidadãos sejam conscientizados desta via instrumental colocada à sua disposição para a tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado e, também, para a impugnação do direito dos animais domésticos, e que

é forte e suficiente para que seja travada luta em prol deste, pois, como alerta Heraldo Garcia Vitta,

a ação popular, embora não tenha sido muito utilizada na proteção ao ambiente, pode corresponder a um dos mecanismos de preservação e reparação dos danos causados a ele, bastando termos em conta sua importância jurídica e social.⁴⁰

3.3.3 Mandado de Segurança Coletivo

O mandado de segurança coletivo visa a proteção de direito líquido e certo, quando o responsável pelo abuso ou ilegalidade for uma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica, sendo aplicável somente quando esse direito não for amparado pelo *habeas corpus* ou pelo *habeas data*. Através dele é possível se afastar um risco ou reparar-se um dano contra os animais domésticos, assim como a todo meio ambiente.

Quanto à legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo para a tutela dos animais domésticos, esta será das associações protetoras, que possuem interesse pela preservação da qualidade de vida e proteção dos mesmos, e também dos partidos políticos que podem utilizá-lo como meio de demonstrar na prática seus planos de gestão para a área ambiental e proteção animal.

⁴⁰ VITTA, Heraldo Garcia. **O meio ambiente e a ação popular**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 54.

Um caso que podemos citar em que foi utilizado o mandado de segurança coletivo em nosso Estado, foi quando houve a ordem da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo para eliminar cães suspeitos de serem portadores de determinadas moléstias transmissíveis, como a leishmaniose, sem que se dispusesse, contudo, de dados suficientes e desprovidos de certeza técnico-científica.

Há ainda outras possibilidades de reparação de atos lesivos aos direitos dos animais domésticos utilizando-se do mandado de segurança coletivo, como a captura dos animais, por ordem de autoridade pública, para que sirvam de cobaias em vivissecção nos laboratórios e faculdades de medicina e medicina veterinária, sem a obediência das normas de biossegurança que regem esse tipo de atividade, ou ainda animais que estejam indevidamente mantidos em cativeiro municipal por ato da Prefeitura.

3.3.4 Mandado de Injunção Ambiental

Segundo preceitua o art. 5º, inc. LXXI, da Carta de Regência, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

O mandado de injunção, portanto, pressupõe uma omissão legal para o assunto objeto do mandado, “ou seja, se existir determinada norma, ainda que seja injusta ou imoral, o julgamento do mandado de injunção, eventualmente impetrado, deverá ser

dado por carência da ação, justamente por faltar o requisito do interesse processual”.⁴¹

Não há restrição quanto à legitimidade ativa para a propositura do mandado de injunção, sendo, portanto, que qualquer pessoa poderá impetrá-lo, desde que sujeito de direitos.

Destarte, tem-se que ocorrendo qualquer omissão na norma constitucional atinente ao meio ambiente, ou, mais especificamente, à fauna, poder-se-á impetrar-se mandado de injunção para que tal norma regulamentadora seja suprida, “devendo este ser dirigido tanto ao ente que deixou de editá-la, como à pessoa jurídica de Direito Público ou Privado que não está satisfazendo o direito do impetrante em razão da falta de norma”.⁴²

3.4 Tutela Processual Penal

A tutela processual penal do direito dos animais domésticos far-se-á por meio de ação penal pública.

Trata-se de uma ação, onde o titular há de ser sempre o Ministério Público que poderá agir de ofício e sem a requisição de quem quer que seja (ação penal pública

⁴¹ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; ABELHA RODRIGUES, Marcelo; ANDRADE NERY, Rosa Maria. **Direito Processual Ambiental Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 235.

⁴² AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 56.

incondicionada), ou ainda, somente poderá agir mediante a representação da vítima ou requisição do Ministro da Justiça (ação penal pública condicionada).

Sempre que um cidadão constatar uma conduta que se tipifique como crime contra a fauna doméstica, esse poderá comunicar tais fatos à autoridade policial, ocasião em que deverá ser lavrado o boletim de ocorrência.

Deverá ser, então, instaurado um inquérito policial pela autoridade competente para que seja verificada a materialidade dos fatos. Dada a veracidade dos fatos ocorridos, o Ministério Público será acionado para que ocorra a propositura de ação penal pública, aplicando-se aí as sanções penais pertinentes ao caso.

Contudo, há ainda a possibilidade da impetração de ação penal privada subsidiária para a tutela jurídica penal do direito dos animais domésticos. Este tipo de ação substituirá a ação penal pública que deveria ser impetrada, mas não o foi devido à inércia do órgão acusatório estatal. Sendo assim, o direito de agir transfere-se ao particular. Esta ação, não deixará de iniciar-se por queixa e de ser considerada ação privada, embora regida com algumas regras especiais (art. 29 do Código de Processo Penal Brasileiro).

4. MINISTÉRIO PÚBLICO: O CURADOR DOS ANIMAIS

O Ministério Público possui um importante papel no sistema do judiciário. Ele, além de ser o fiscal da lei, é incumbido de defender os interesses da coletividade. Conforme o expresso no art. 127 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, *in verbis*:

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

Cabe ao Ministério Público, portanto, não apenas oferecer denúncias criminais, mas requerer investigações, expedir notificações, propor ação civil pública e instaurar inquérito civil.

O meio ambiente está inserido no âmbito dos direitos difusos e coletivos, sendo, portanto, de incumbência do Ministério Público a sua proteção. Segundo o Promotor de Justiça, Laerte Levai, “Na área ambiental, em particular, uma efetiva atuação ministerial assume grande importância, porque capaz de alterar realidades injustas”⁴³.

O promotor de justiça tornou-se, assim, o responsável por defender os interesses da comunidade que representa no âmbito jurídico, bem como, tem o dever de proteger o meio ambiente, que é o maior bem da humanidade, conforme assegura o art. 225

⁴³ LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p. 106.

da Constituição Federal Brasileira de 1988 quando salienta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.”.

Outrossim, o constituinte de 1988 incumbiu ao Ministério Público, na figura do Promotor de Justiça, exercer o importante papel de “guardião do meio ambiente” e curador dos animais.

Todavia, tal incumbência já havia sido idealizada pela Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985 que disciplina a Ação Civil Pública, em seu artigo 5º, quando dispõe que “A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público...”.

Muito embora o dispositivo legal acima delineado tenha oferecido legitimidade concorrente para propositura da ação civil pública a outras pessoas jurídicas (União, Estados, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações), foi o Ministério Público, certamente, seu principal destinatário.

Temos, ainda, a própria Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993) que, em seu artigo 103, inciso VIII, se refere ao seu papel de defensor do meio ambiente, mencionando não só a proteção, mas também a prevenção e reparação do dano causado a este.

Verifica-se, portanto, que não faltam diplomas legais em nossa legislação dispendo sobre este importante papel do Promotor de Justiça e suas obrigações para com a defesa ambiental.

Ao considerarmos o conceito de “meio ambiente”, encontra-se inserido dentro deste toda a fauna, a doméstica, inclusive. Assim sendo, temos que os Promotores de Justiça são verdadeiros curadores dos animais, devendo representá-los na tutela jurídica de seus direitos.

4.1 O papel do Ministério Público na defesa dos animais domésticos

Ao analisarmos a história do direito ambiental brasileiro, verificamos que durante muito tempo, pouco ou nada se fez para coibir a devastação da natureza ou proteger os animais das agressões do homem e de seu mundo “civilizado”.

A sobreposição dos interesses econômicos frente à preservação do meio ambiente natural fez com que inúmeras matas e florestas fossem derrubadas em prol da urbanização e das pastagens, sem que fosse levado em conta o grande dano causado ao meio ambiente, aos animais silvestres - que tiveram seu *habitat* destruído e acabaram sucumbindo – e ao próprio homem indiretamente.

O crescimento urbano acarretou o aumento no descaso e abandono dos animais domésticos. Na zona rural, a substituição do tradicional modelo pastoril pelo mais lucrativo modelo tecnológico, fez com que os animais domésticos rurais passassem

a ter uma vida antinatural e opressiva, aglomerados em recintos inapropriados e insalubres, para gerar o aumento de produção num menor período de tempo, aumentando o lucro de seus proprietários, insensíveis quanto ao seu sofrimento.

Frente a esta situação vexatória, era preciso encontrar uma forma de controle, onde alguma Instituição assumisse a obrigação de defender e preservar o ambiente e os animais maltratados. A Instituição escolhida, conforme supramencionado, foi o Ministério Público que possui este dever firmado em diversos dispositivos ordinários, além dos constitucionais.

A legitimação do Ministério Público para representar os animais, inclusive os domésticos, judicialmente remonta ao Decreto Federal nº 24.645, de 10 de junho 1934, que, em seu artigo 2º, §3º, atribui aos Promotores de Justiça a obrigação de assistir os animais em juízo, por serem seus substitutos legais. Faz-se oportuno lembrar que

esse texto legal, ao prever a representação dos animais na relação processual (*munus* atribuído ao MP ou às sociedades protetoras), não os trata como coisa ou objeto, mas como legítimos sujeitos jurídicos.⁴⁴

Apesar da impropriedade técnica dos termos utilizados, é incontroverso que a defesa judicial dos animais seja incumbência do Ministério Público, e não apenas às

⁴⁴ LEVAI, Laerte Fernando. **Crueldade consentida: a violência humana contra os animais e o papel do Ministério Público no combate à tortura institucionalizada**. Disponível em: <http://www.forumnacional.com.br/crueldade_consentida.pdf> Acesso em: 06-08-2011.

entidades protetivas, que não podem realizar as investigações necessárias, nem possuem legitimidade para firmar compromisso de ajustamento de conduta.

No tocante à defesa dos animais domésticos, especificamente, possui o promotor de Justiça essencial importância para a eficácia da tutela de seus direitos, uma vez que compete privativamente ao Ministério Público promover a ação penal pública, na forma da lei, conforme assevera o artigo 129, inciso I, da Constituição da República de 1988.

Cabe aos representantes deste importante órgão público, reprimir todos e quaisquer procedimentos que incidam na norma punitiva do artigo 32 da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), como, por exemplo, os atos de abuso, maus tratos e extermínio em massa de animais saudáveis, que não representam ofensa à saúde pública, muito comumente praticados pela Administração Pública de diversas cidades, por meio do Centro de Controle de Zoonoses, procedimentos estes que não resultam qualquer valimento para o controle epidemiológico ou para o controle populacional de animais. Neste exemplo, particularmente, tais atitudes ensejam, ainda, ação de improbidade administrativa, na qual o Ministério Público também é parte legítima para sua propositura, por afrontarem com os princípios administrativos que denotam a boa administração da coisa pública.

Além do exemplo supracitado, temos ainda no ambiente rural, vários exemplos de situações de maus tratos com os animais domésticos, que devem, da mesma forma, ser reprimidos, por enquadrarem-se na mesma norma punitiva. Um exemplo claro

disto é o terrível condicionamento dos animais de granja na maioria das fazendas, que são enquadrados em espaços minúsculos, sem mínimas condições de proporcionar bem-estar e uma vida digna a estes animais, ora submetidos aos mais perversos tipos de tratamentos para que seus donos enriqueçam mais facilmente e em um curto espaço de tempo.

Por força da Lei Estadual Paulista nº 7.705 de 19 de fevereiro de 1992, que estabelece normas para abate de animais destinados ao consumo, mesmo os animais domésticos rurais destinados ao abate como a vaca, as galinhas e os porcos, devem receber um tratamento digno e que não lhes causem tanto sofrimento desnecessário. No Estado de São Paulo, por exemplo, não é mais permitido o sacrifício de animais a marretadas nos matadouros e tampouco que sejam retalhados sem prévia insensibilização científica, como ainda acontece em muitos estados brasileiros.

Mediante estas situações vexatórias, a real e efetiva atuação da Promotoria da Justiça torna-se imprescindível e pode modificar esta triste realidade. Nos sábios dizeres do Promotor de Justiça Laerte Levai:

Deve o Ministério Público agir com sensibilidade e bom senso diante de cada situação, sem perder de vista que – do outro lado – está uma criatura que não pode se manifestar. E a luta contra as tiranias, contra a violência, contra a opressão, não distingue vítimas, caso

contrário estar-se-ia compactuando com a arbitrariedade e a injustiça.⁴⁵

Destarte, deve o Ministério Público da União e dos Estados, exercerem de forma plena e real a tutela jurídica da fauna, seja através da penalização dos infratores na esfera penal, ou ainda, mediante ações civis, fazendo com que cada vez mais surjam jurisprudências positivas que possam servir de supedâneo para a defesa animal, bem como para a conscientização social de que os direitos dos animais devem ser observados e respeitados.

4.2 Mecanismos legais para validação dos direitos dos animais domésticos

Para o efetivo exercício da tutela jurídica da fauna doméstica, o Ministério Público possui ao seu alcance diversos mecanismos legais como a ação penal, o inquérito civil, a ação civil pública e o termo de ajustamento de conduta.

4.2.1 Ação penal pública

No caso da ação penal pública, é importante ressaltar que os atentados contra a fauna doméstica têm natureza pública incondicionada. Isso significa que a iniciativa

⁴⁵ LEVAI, Laerte Fernando. **Ministério Público e Proteção Jurídica dos Animais**. Disponível em: <http://www.forumnacional.com.br/ministerio_publico_e_protecao_juridica_dos_animais.pdf> Acesso em: 26-07-2011.

processual da promotoria independe de qualquer manifestação de vontade. Sendo assim, nem mesmo o dono do animal maltratado pode rebelar-se contra a tutela do Estado, pois o princípio protetor da vida dos animais previsto na Constituição se sobrepõe às normas civis relativas ao direito de propriedade de seu dono.

Muito embora qualquer cidadão possa manifestar-se diante da ocorrência de crueldade contra animais, no caso do Ministério Público isto é um dever constitucionalmente previsto conforme já explicitado.

Para que a ação penal pública seja instaurada, o promotor de justiça deve, primeiramente, requisitar a abertura de um termo circunstanciado ou a instauração do inquérito policial para a apuração dos fatos que tipificaram o crime, em questão, contra a fauna. Poderá, então, solicitar a designação de audiência preliminar nas hipóteses em que couber transação penal (art. 61 e 76 da Lei nº 9.099/95) ou, caso haja indícios suficientes da autoria e da materialidade do fato criminoso, oferecer a denúncia contra o infrator, instaurando, assim, a ação penal.

Muitos já foram os casos, em que o Ministério Público, processou penalmente os infratores dos crimes contra a fauna doméstica, conforme podemos observar pelas jurisprudências, a seguir, firmadas a este respeito:

Briga de galos - A briga de galos, embora para os galistas constitua um esporte, é evidentemente um ato de crueldade para com os animais. Isto porque os galos, quando levados à rinha, enfrentam-se em duelo mortal, sangrando-se, cegando-se e brigando até que um deles caia prostrado ao chão e mortalmente ferido (RT 302/448).

Queimadura em gato – Incorre em crueldade quem, após jogar querosene em um gato, atea-lhe fogo. Conduta que causou grande sofrimento ao animal. Condenação imposta (Julgados do TACRIM, 2/74).

Morte de cadela – Indivíduo que, em face da súbita aproximação de uma cadela boxer junto a seu animal, da mesma espécie, atinge aquela com uma paulada na cabeça. Não resistindo à lesão craniana, o animal agredido veio a falecer. Denúncia pelo crime do artigo 32 da Lei nº. 9.605/98. Réu primário. Suspensão processual decretada pelo prazo de dois anos (autos nº. 759/00 - E, 3ª Vara Criminal de São José dos Campos).

Visseccção – Professor que utilizava sapos vivos em aula de biologia, matando-os e dissecando-os perante seus alunos menores de idade. Denúncia pelo artigo 32, § 1º e 2º da Lei nº. 9.605/98. Réu primário, sobrevivendo suspensão processual por dois anos. No âmbito administrativo o réu foi multado pelo Ibama (Inquérito Policial nº. 62/98, da comarca de Feijó, estado do Acre, ensejando denúncia criminal, aos 02 de janeiro de 1999, pelo promotor Tales Fonseca Tranin).

Maus tratos em rodeio – Ação penal movida contra organizadores de rodeio que utilizavam sédem e esporas nos animais, equipamentos esses reconhecidamente causadores de dor e sofrimento. Condenação nas penas do artigo 32, caput, da Lei nº. 9.605/98. Apelação provida para decretar a extinção da punibilidade

dos réus em face de prescrição (autos nº. 813/98, 4ª Vara Criminal de São José dos Campos).⁴⁶

4.2.2 Inquérito civil e ação civil pública

Na esfera civil, o Ministério Público conta com dois importantes mecanismos para a defesa dos direitos dos animais domésticos: o inquérito civil e a ação civil pública.

O inquérito civil tem como principal objetivo, reunir elementos de convicção ao promotor de justiça para a impetração de ações judiciais. Trata-se de “procedimento administrativo, de cunho eminentemente inquisitório, o que afasta a imposição do contraditório”.⁴⁷

A respeito da importância deste instituto para a tutela ambiental, destaca o Promotor de Justiça Fernando Reverendo Vidal Akaoui,

Na área ambiental, notadamente, o impulso inicial por parte do próprio órgão ministerial é crucial para a obtenção de bons resultados na defesa do meio ambiente. Portanto, tomando o membro do Ministério Público conhecimento por parte dos meios de comunicação ou mesmo `de ouvir dizer`, deve instaurar o inquérito civil, e, no seu decorrer, verificar se as notícias eram ou não verídicas, com absoluto embasamento técnico.⁴⁸

⁴⁶ Notas jurisprudenciais extraídas da obra: LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p.108 a 114.

⁴⁷ AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p.58.

⁴⁸ *ibidem*. p.63.

Vale ainda salientar que o Ministério Público é o único órgão legitimado para propor o inquérito civil, daí a importância de sua efetiva atuação na utilização deste instituto para a defesa da fauna, não devendo ser inerte e indiferente a quaisquer ocorrências de dano a esta de que tome conhecimento.

Temos ainda a ação civil pública, que, muito embora, não seja de legitimidade exclusiva do Ministério Público, não há dúvidas de que este é o órgão que mais a utiliza, principalmente, para a tutela ambiental.

Tal instrumento processual possui como objeto as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse difuso e coletivo ou, ainda, por infração da ordem econômica.

Estes dois mecanismos têm sido muito eficazes para prevenir ou reparar danos à fauna doméstica, consoante se percebe pelas ementas abaixo transcritas:

Inquérito Civil – Veículos de tração animal - Maus tratos a eqüinos explorados na zona urbana - Adolescentes conduzindo carroças - Investigação que redundou em TAC celebrado pelo Ministério público gaúcho em 20/08/2002, figurando como compromissárias a Secretaria de Transportes e a Polícia Ambiental (IC nº. 86/01, ação conjunta entre a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e a Promotoria da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS).

Inquérito Civil – Visseccão de animais – Universidade que perfaz experimentação didática nos cursos de graduação e pós-graduação, sem adotar os métodos alternativos preconizados na lei ambiental – Crueldade para com os animais utilizados a guisa de cobaias (IC nº. 41/03, 4ª Promotoria de São José dos Campos).

Abate cruel - Matadouro municipal que vinha abatendo gado a marretadas, método esse vedado por lei em razão do sofrimento imposto ao animal - Ação civil pública proposta na comarca de São Bento do Sapucaí - Municipalidade condenada a adequar o matadouro às especificações modernas e a substituir o sistema arcaico de abate pelo método científico-humanitário (proc. nº. 284/92, Comarca de São Bento do Sapucaí).

Crueldade em rodeio - Ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Cravinhos a fim de impedir rodeio - Festa regional que envolve maus tratos e crueldade - Utilização de instrumentos e métodos que causam sofrimento aos animais - Concedida liminar para que os responsáveis pelo evento abstenham-se de usar sedém, esporas de formato pontiagudo ou cortante e de sinos no pescoço dos animais, porque se constituem em dolorosos meios de instigação à ira do bicho (proc. nº. 937/95, Comarca de Cravinhos).

Matança em canil - Sacrifício de cães apreendidos nas ruas - Utilização de método cruel consistente em choques elétricos de 220 volts após os animais serem molhados

- Ação interposta pela Promotoria de Três Corações/MG com o apoio da Sociedade Tricordiana Protetora dos Animais - Termo de ajustamento de conduta aceito pela
Municipalidade, que se conscientizou do erro (proc. nº. 10216/95, 1a Vara da Comarca de Três Corações).

Trio elétrico - Ação civil pública, com pedido de liminar, movida pela Promotoria de Justiça da comarca de Porto Seguro/BA, em face da exploração comercial e perversa de animais (jegues) para o divertimento humano - Bloco carnavalesco cujo carro do trio elétrico era puxado, dia e noite, por jumento extasiado - Hipótese típica de abuso em animal de tração (proc. nº. 535549/99, Vara Cível da comarca de Porto Seguro).⁴⁹

4.2.3 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) é um título executivo extrajudicial, de caráter preventivo ou reparatório e que possui uma “inegável relevância na solução dos problemas relacionados ao meio ambiente, assim como nos situações que envolvam maus tratos a animais”.⁵⁰

⁴⁹ Notas jurisprudenciais retiradas da obra: LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p.108 a 114.

⁵⁰ LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p. 114.

Trata-se, mais precisamente, de um acordo celebrado entre a Promotoria e o suposto infrator, implicando em uma obrigação de fazer ou não fazer à parte compromissada, sob pena de multa diária, sendo que só poderá ser alterado por decisão judicial.

Celso Antônio Pacheco Fiorillo, ao manifestar-se sobre a importância do referido instituto, afirma que

trata-se o instituto de meio de efetivação do pleno acesso à justiça, porquanto se mostra como instrumento de satisfação da tutela dos direitos coletivos, à medida que evita o ingresso em juízo, repelindo os reveses que isso pode significar à efetivação do direito material.⁵¹

Importante salientar que se devem abarcar no conteúdo do TAC, todos os pedidos que seriam lícitos de serem feitos em ação civil pública. A este respeito, bem salienta o já citado Promotor de Justiça Fernando Reverendo Vidal Akaoui

Com efeito, se o objetivo do ajustamento é readequar a conduta do degradador ou potencial degradador ao ordenamento jurídico vigente, a fim de afastar o risco de dano, e/ou recompor aqueles já ocorridos, não pode o órgão público que toma aquele compromisso deixar de pleitear todas as medidas tendentes ao efetivo e integral resguardo do meio ambiente.⁵²

⁵¹ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 258.

⁵² AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 56.

Sendo assim, o TAC é também um meio de celeridade e economia processual, posto que resulta nos mesmos benefícios da ação civil pública, sem que seja necessário impetrá-la.

O TAC possui validade ampla, não podendo ser revogado, sendo que a obrigação assumida permanecerá íntegra, independentemente da transitoriedade do poder político municipal ou estatal, e seu eventual descumprimento tornar-se-á passível de execução.

Trata-se, portanto, de um instrumento jurídico de grande eficácia e regido pelo princípio ambiental da precaução, posto que é capaz de evitar um dano em potencial aos animais domésticos, além de simplesmente saná-lo, atuando não apenas sobre o problema em si, mas também em suas causas.

Vários desses acordos já foram firmados em muitos municípios do Brasil, impedindo milhares de mortes desnecessárias, como por exemplo

SCZ de Guarujá - Captura e matança generalizada de cães e gatos errantes - Cadáveres dos animais deixados a céu aberto, no aterro sanitário do município - Ausência de política pública de esterilização, adoção e posse responsável - Ajustamento de conduta firmado com a Municipalidade, estipulando-se inúmeras obrigações de não fazer - Vedação à captura de animais não nocivos e que não estejam doentes, salvo para fins de vacinação, tratamento médico e castração - Garantia do retorno dos animais ali recolhidos ao lugar em que viviam, exceto nos casos de reconhecida necessidade da

eutanásia - Proibição do uso de câmara de gás ou de qualquer outro método que cause sofrimento aos animais - Implantação dos serviços de registro e de atendimento médico veterinário gratuito - Melhorias nas dependências do SCZ - Treinamento técnico trimestral, garantido o acompanhamento das entidades de proteção animal - Obrigatoriedade de comunicação escrita à autoridade policial e à Promotoria sempre que o SCZ tiver conhecimento de ocorrência de maus tratos (TAC firmado por Martha Pacheco Machado de Araújo, então promotora de Justiça do Meio Ambiente de Guarujá, aos 26.04.2001).

CCZ de São Vicente - TAC firmado pelo Ministério Público com a Prefeitura, em São Vicente, objetivando à proibição da morte, no CCZ local, de animais recolhidos das ruas e que não sejam nocivos à saúde e à segurança de seres humanos, bem como daqueles que não estejam em fase de doença terminal ou que possam ser tratados - Dentre as outras obrigações de fazer incluem-se o controle de) população felina e canina do município, a implantação de serviço permanente de castração no CCZ, a obrigatoriedade do registro de animais e as melhorias nas condições de alojamento animal. - Dentre as obrigações de não-fazer, a abstenção de recolher, a pedido do dono, animais saudáveis para sacrifício no CCZ, e a não-cessão de animais para fins de experimentos ou vivissecação (TAC celebrado aos 2.2.2002 pelo promotor Fernando Reverendo Vidal Akaoui).

CCZ de Salvador - Mudanças estruturais no CCZ de Salvador/BA -

Ajustamento de conduta entre o MP baiano e a Prefeitura - Necessidade de melhorar as condições dos animais ali recolhidos, propiciando-lhes vacinação, esterilização, registro e adoção, além de contínuo tratamento médico-veterinário - Proibição do sacrifício indiscriminado de animais (TAC firmado pelo promotor Luciano Rocha Santana, aos 03.07.2002).⁵³

⁵³ Notas jurisprudenciais extraídas da obra: LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p. 115-116.

5. CULTURA X DIREITO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Uma das mais polêmicas questões enfrentadas pelos juristas ambientalistas brasileiros diz respeito à tutela do meio ambiente natural *versus* a do meio ambiente cultural, ou, mais especificamente, o conflito que, por vezes, existe entre a cultura e o direito dos animais.

Embora seja um contra-senso a idéia de sobrepor-se um bem cultural, de cunho ideológico, sobre a vida de um ser vivo, esta é uma problemática ainda latente em nosso universo jurídico.

O senso ético e moral dá lugar à ignorância, sob o argumento de que é necessário que sejam preservados os costumes dos antepassados de uma determinada comunidade e de um povo, para que seja assim resguardada sua história e suas raízes, mesmo que para isto seja necessário acavalar a vida de um ser vivo.

Sob a pseudo-assertiva de cultivar a cultura popular, milhões de atrocidades são cometidas em diversos estados brasileiros, sendo suas maiores vítimas os animais com quem tão intimamente convivemos, ou seja, os animais domésticos.

O fato é que a sociedade encontra-se em constante evolução, inclusive através do aprimoramento de seus costumes, o que torna algumas práticas obsoletas e dignas de serem abolidas, ou ainda, substituídas por outras que se enquadrem melhor a realidade do mundo globalizado, informatizado e industrializado em que vivemos.

Como sabemos, escravizar negros era um hábito e um costume, até que a consciência e a moral humanas deram-se conta de que se tratava de uma atitude discriminatória e antiética. A partir daí, o que era costume transformou-se em crime.

Da mesma forma devemos entender quanto aos usos e costumes em relação aos animais, pois nossos atuais conhecimentos científicos sobre a fisiologia animal, nos permite saber que são seres vivos e que sofrem como os humanos, sendo que qualquer prática que implique em maus-tratos a eles, deverá ser considerada crime.

Por conseguinte, muitas das práticas de nossos ancestrais merecem referência apenas em livros de história, não devendo continuar sendo praticadas apenas para que não sejam esquecidas e a custa da vida de tantos inocentes, como acontece com as rinhas de galo e pássaros ou com a ferra do boi, que são apenas funestos e ultrapassados meios de diversão e que graças ao bom senso de alguns poucos, já são proibidas em muitos de nossos Estados.

Conforme já predizia o pintor italiano Leonardo da Vinci (1452-1519), “Chegará o dia em que o homem conhecerá o íntimo dos animais. Nesse dia um crime contra um animal será considerado um crime contra a própria humanidade.”

A seguir, serão apresentados alguns dos principais aspectos legais e jurisprudenciais a respeito desta problemática, bem como serão explicitadas algumas dessas práticas cruéis que assolam nossa pátria.

5.1 Aspectos Legais

A nossa atual Magna Carta prevê em seu artigo 215 que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais (...), e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de manifestações culturais”.

Baseando-se neste preceito constitucional, muitos se escusam de atos de crueldade aos animais, dizendo tratar-se de manifestação cultural, e que, portanto, deverá ser preservada.

Contudo, nossa Constituição Federal de 1988 também prescreve, em seu artigo 225, que todos possuem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo que o Poder Público deverá assegurar a efetividade deste direito por meio de inúmeras ações, dentre elas a de “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou **submetam os animais a crueldade.**”

Ainda, dando apoio a este princípio constitucional, temos a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que em seu artigo 32 configura a conduta lesiva ao animal como crime ambiental, inclusive auferindo sanções penais e administrativas para aqueles que praticarem tais condutas.

Em análise ao art. 32 da Lei nº. 9.605/98, o Professor Paulo Affonso Lemes Machado, considerado uma das autoridades de direito ambiental no Brasil, salienta que:

Atos praticados ainda que com caráter folclórico ou até histórico, estão abrangidos pelo art. 32 da Lei nº. 9.605/98, e devem ser punidos não só quem os pratica, mas também, em co-autoria, os que os incitam, de qualquer forma.⁵⁴

Igualmente, nos crimes considerados de menor potencial ofensivo, o artigo 64 da Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), determina ser contravenção penal os maus-tratos aos animais, *in verbis*:

“Art. 64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:

Pena – prisão simples, de 10 (dez) dias a 1 (um) mês, ou multa”.

Segundo §2º desse mesmo artigo, na mesma pena incorre ainda quem realiza experiência em animal de forma dolorosa ou cruel, ainda que para fins didáticos ou científicos e, consoante § 3º, também desse artigo, é aplicada a pena com aumento da metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade em exibição ou espetáculo público.

Conforme demonstraremos neste capítulo, mediante este conflito aparente de normas, a maior parte da jurisprudência brasileira têm entendido que, nos casos onde este ocorrer, prevalecerá o disposto no art. 225, inc. VII da CF, haja vista que este tutela um bem maior, que é a vida e a integridade física de um ser vivo, no caso em pauta, do animal.

⁵⁴ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 54.

Ressalta-se que quanto à apuração da existência ou não de crueldade e maus tratos aos animais nas práticas de manifestação cultural levadas à Justiça, esta será feita mediante laudos periciais.

5.2 Práticas culturais envolvendo violência contra os animais domésticos

Muitas são as manifestações culturais averiguadas em nosso país que submetem os animais à crueldade. Dentre as principais delas, podemos citar: a farra do boi, a vaquejada, as rinhas de galo, os rodeios e as provas de laço.

5.2.1 Farra do boi

A farra do boi é considerada uma versão brasileira das touradas. Esta prática popular que acontece todos os anos durante o feriado da Semana Santa, no Estado de Santa Catarina, foi trazida ao Brasil há mais de duzentos anos, por imigrantes açorianos, caracterizando-se pela perseguição e linchamento de animais, que podem ser bois, vacas ou garrotes.

Primeiramente, o boi é confinado por vários dias sem alimento. Para aumentar, ainda mais o desespero do animal, é colocada água e comida num local onde este possa vê-los, mas não possa alcançá-los.

A farra do boi, no entanto, apenas inicia-se quando o boi é solto e perseguido pelos “farristas” que correm atrás do animal, munidos com paus, pedras, pedaços de vidro, facas e varas submetendo-os a demasiados martírios como espancamentos, fraturas, mutilações e queimaduras, que nem sempre resultam na morte instantânea do animal, que fica a míngua até que esta finalmente chegue para findar sua dor.

Após diversos protestos populares, a farra do boi foi questionada na justiça por uma associação protetora de animais, chegando ao Supremo Tribunal Federal que decidiu, por maioria de votos, ser esta uma prática inconstitucional. Ao manifestar-se favoravelmente a esta decisão e afastando o absurdo e calejado argumento de ser esta uma manifestação popular e cultural, proferiu o ministro Francisco Rezek (1997 apud LEVAI, 2004, p. 55-56):

Não posso ver como juridicamente correta a idéia de que em prática dessa natureza a Constituição não é alvejada. Não há aqui uma manifestação cultural, com abusos avulsos: há uma prática abertamente violenta e cruel para com animais, e a Constituição não deseja isso. Bem o desse o advogado na Tribuna: manifestações culturais são as práticas existentes em outras partes do país, que também envolvem bois submetidos à farra do público, mas de pano, de madeira de ‘papier maché’; não são seres vivos dotados de sensibilidade e preservados pela Constituição da República contra esse gênero de comportamento.⁵⁵

⁵⁵ SEGUNDA TURMA (2ª Turma). Supremo Tribunal Federal. RE nº 153.531/SC, Rel. Min. Francisco Rezek, j. 03-06-1997, m.v, in RT, 753/101.

Verificamos, assim, que a consciência pelo direito fundamental da terceira geração vem ganhando amplitude, se inserido neste contexto o direito dos animais a integridade física e psíquica.

5.2.2 Vaquejada

Prática muito comum na região nordeste brasileiro, a vaquejada vem conquistando cada vez mais adeptos, que a consideram um esporte.

A vaquejada dá-se através da competição entre diversas duplas de vaqueiros, onde um tem a função de tentar apanhar a cauda do boi e arrastá-lo dentro de uma área delimitada, enquanto o outro serve de apoio para alinhar o boi na pista.

Esta obscura competição, em que ocorre o martírio de centenas de animais, ocorre na penumbra de uma festa, onde o público é atraído por shows musicais, sorteios e premiações.

Através das declarações da advogada cearense Geuza Leitão, pode-se ter uma idéia mais precisa de como ocorre este impiedoso espetáculo, que vem se tornando cada vez mais corriqueiro no Nordeste brasileiro:

O espetáculo é realmente chocante para uns, delirante e enlouquecedor para outros (...) O espaço onde o novilho ou o garrote vai correr é diminuto. Dois cavaleiros adestrados acompanham a vítima, emparelhados, cada um tentando segurar a cauda do animal que é jogado ao chão, sucedendo, a mais das vezes, que leva na mão a cauda do animal caído (...) Enquanto isso,

a multidão delira numa expansão esfuziante e histérica de gritos e apupos. Tanto o cavalo como a *res* mutilada são sacrificados a tiro, ali mesmo.⁵⁶

A inegável crueldade incrustada nas vaquejadas foi também observada pelos Desembargadores Vladimir Passos de Freitas e Gilberto Passos de Freitas, ao manifestarem-se acerca do conflito por vezes existente entre direito dos animais- maus tratos contra os animais- e a preservação do meio ambiente cultural:

Por vezes esse tipo penal adquire maior complexidade. É o caso da chamada farra do boi, praticada em Santa Catarina pela população de origem açoriana. Argumenta-se que se está aí a defender o meio ambiente cultural. Sem razão, contudo, pois a cultura não pode ser exercida com o sofrimento dos animais, no caso os bois. Os rodeios ou vaquejadas são outro exemplo. Movimentam interesses econômicos de vulto, mas freqüentemente são praticados com crueldade contra os animais. Tal prática deve ser fiscalizada e reprimida, quando necessário.⁵⁷

Mais uma vez, nos deparamos com uma atividade bastante comum e que embora ilegal e inconstitucional por submeter os animais a maus-tratos e crueldade, ainda são praticadas sobre a falsa assertiva de se tratar de uma manifestação cultural popular.

⁵⁶ LEITÃO, Geuza. **A voz dos sem voz – Direito dos Animais**. Fortaleza: Edições Inesp, 2002. p. 17.

⁵⁷ FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 93.

È necessário uma fiscalização e atuação eficiente dos membros do Ministério Público e demais órgãos ambientais a fim de coibir a continuidade de tal prática no território nacional, tal como foi feito com a Farra do boi.

5.2.3 Rinhas de galo

A rinha de galo é um esporte bastante difundido em nosso país e que foi exaustivamente praticada no território nacional durante os sécs. XIX e XX. Trata-se de uma prática milenar, de origem mítica, onde galos, e também algumas vezes canários, são provocados e instigados a brigar, em uma luta de onde apenas um sairá vivo.

Embora os praticantes deste esporte ponderem que os animais utilizados na luta agem por instintos atávicos, estes animais são desde muito cedo estimulados e treinados para a luta. Além disso, para que fiquem prontos para a referida batalha, sofrem agressões físicas diversas como incisão de suas orelhas, cristas e barbelas sem o emprego de anestesia e também têm seus bicos e esporas reforçados com aço inoxidável, de modo que a briga não terminará enquanto um deles não reste morto.

As insistentes tentativas de regularizar as rinhas de galo e torná-las uma prática autorizada mediante leis estaduais foram rechaçadas pelo Supremo Tribunal Federal, que possui entendimento pacífico sobre a inconstitucionalidade de tais leis.

È o que se verifica pela ementa abaixo transcrita:

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - BRIGA DE GALOS (LEI FLUMINENSE Nº 2.895/98) - LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE, PERTINENTE A EXPOSIÇÕES E A COMPETIÇÕES ENTRE AVES DAS RAÇAS COMBATENTES, FAVORECE ESSA PRÁTICA CRIMINOSA - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE ESTIMULA O COMETIMENTO DE ATOS DE CRUELDADE CONTRA GALOS DE BRIGA - CRIME AMBIENTAL (LEI Nº 9.605/98, ART. 32) - MEIO AMBIENTE - DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) - PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE - DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA FAUNA (CF, ART. 225, § 1º, VII) - DESCARACTERIZAÇÃO DA BRIGA DE GALO COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL - RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL IMPUGNADA - AÇÃO DIRETA PROCEDENTE. LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES E COMPETIÇÕES ENTRE AVES DAS RAÇAS COMBATENTES - NORMA QUE INSTITUCIONALIZA A PRÁTICA DE CRUELDADE CONTRA A FAUNA - INCONSTITUCIONALIDADE. - A promoção de briga de galos, além de caracterizar prática criminosa tipificada na legislação ambiental, configura conduta atentatória à Constituição da República, que veda a submissão de animais a atos de crueldade, cuja natureza perversa, à semelhança da “farra do boi” (RE 153.531/SC), não permite sejam eles qualificados como inocente manifestação cultural, de caráter meramente folclórico. Precedentes. - A proteção jurídico-constitucional dispensada à fauna abrange tanto os animais

silvestres quanto os domésticos ou domesticados, nesta classe incluídos os galos utilizados em rinhas, pois o texto da Lei Fundamental vedou, em cláusula genérica, qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade. - Essa especial tutela, que tem por fundamento legitimador a autoridade da Constituição da República, é motivada pela necessidade de impedir a ocorrência de situações de risco que ameacem ou que façam periclitarem todas as formas de vida, não só a do gênero humano, mas, também, a própria vida animal, cuja integridade restaria comprometida, não fora a vedação constitucional, por práticas aviltantes, perversas e violentas contra os seres irracionais, como os galos de briga (“gallus-gallus”).

Magistério da doutrina. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. - Não se revela inepta a petição inicial, que, ao impugnar a validade constitucional de lei estadual, (a) indica, de forma adequada, a norma de parâmetro, cuja autoridade teria sido desrespeitada, (b) estabelece, de maneira clara, a relação de antagonismo entre essa legislação de menor positividade jurídica e o texto da Constituição da República, (c) fundamenta, de modo inteligível, as razões consubstanciadoras da pretensão de inconstitucionalidade deduzida pelo autor e (d) postula, com objetividade, o reconhecimento da procedência do pedido, com a conseqüente declaração de ilegitimidade constitucional da lei questionada em sede de controle normativo abstrato, delimitando, assim, o âmbito material do julgamento a ser proferido pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes.⁵⁸

⁵⁸ STF, Tribunal Pleno, ADI 1856, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 26/05/2011, DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-02 PP-00275.

Seguindo o mesmo parâmetro, ao analisar essa questão em significativa obra literária, comungou o Promotor Público Otan Orlandini de Mattos,

Quem de consciência poderá dizer que a briga de galos é um desporto? Penda para a direita ou para a esquerda, a resposta é coisa que repugna ao sentimento humano. O carinho, a docilidade, a blandícia e a piedade para com os animais sempre foram ensinamentos que se ministraram aos inocentes. Isto, por si só, responde à argüição acima... Nunca devemos perder de vista o apotegma clássico: ninguém precisa de mais proteção que os indefesos. Pô-los a salvo constantemente é uma virtude.⁵⁹

Corroborando com este entendimento, assim se pronunciou o professor Henrique Serraglia, então Promotor de Justiça da Comarca de Botucatu, em parecer datado de 26 de dezembro de 1956, em sede de habeas-corpus:

Não se pode querer espetáculo revestido de maior crueldade e mais chocante do que dois galos, após meses de treino e preparo, postos em um pequeno círculo, a se sangrarem reciprocamente, a se destruírem um ao outro. Que de edificante apresenta tão repugnante pugna? Que de esportivo oferece tão horrorosa e sanguinolenta luta? (...) Evidentemente nenhuma diferença há entre aquele que tortura o animal com um instrumento mecânico e o que faz servindo-se de outro animal. Sendo, pois, idênticas as causas, idênticos

⁵⁹ MATTOS, Otan Orlandini de. **A Briga de Galos e a Lei**. São Paulo: Gráfica Saraiva, 1954. p. 89-90.

serão os efeitos... (Recurso nº 10.201, Tribunal de Alçada de São Paulo, RT 264/498).⁶⁰

As assertivas aludidas acima, obviamente, estendem-se a todas as hipóteses de pelejas provocadas entre animais, sejam elas rinhas de galos, de cães, lutas de caranguejo, brigas de canários, entre outras. Todas estas hipóteses configuram-se como crime ambiental, caracterizando-se como manifestações de crueldade para com os animais, segundo entendimento jurisprudencial majoritário.

5.2.4 Rodeios

Apesar de promovidos como exercício de coragem, valentia e habilidade humana, os rodeios são, na realidade, nada mais do que uma manipulada exibição do domínio humano sobre os animais, disfarçado de entretenimento.

Realizado sob a sombra de festas badaladas por jovens em busca de diversão, esta prática é, na verdade, uma forma explícita e cruel de arrecadação de lucro, sendo este obtido não apenas através da festa em si, mas também pela venda de roupas e artigos de *cowboys*, por fazendeiros donos de touros e cavalos que dispõe de seus animais a altos preços para as provas de montaria, entre outros mercados que lucram incessantemente nestas festas.

Ainda que muitos queiram fechar os olhos frente às barbáries cometidas contra os animais nos rodeios, sob o argumento de que as esporas sem pontas não

⁶⁰ Parecer disponível na obra: LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão-SP: Editora Mantiqueira, 2004. p. 60.

machucam os bichos e de que estes são arredios e bravios por natureza, é inegável que essas características não lhes são próprias, mas sim, configuram-se como uma manifestação da dor que sentem pelos objetos que os oprimem.

A renomada professora Irvênia Luiza de Santis Prada – Titular Emérita de anatomia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo/ USP – afirma que os animais de rodeios experimentam fortes sensações de dor e martírio,

Particularmente em relação aos rodeios, considerando-se as características de violência e agressividade das provas e treinamentos (...), a utilização de recursos inaceitáveis como o sédem e as esporas (...), a estrutura orgânica dos eqüinos e bovinos, passível de lesões corporais na ocorrência de quaisquer procedimentos violentos, bruscos e/ou agressivos (...), pode-se concluir que os sinais fisiológicos e comportamentais exibidos pelos animais, nos treinamentos e provas de rodeios, são coerentes com a vivência de dor/sofrimento.⁶¹

De fato, ao se analisar as ferramentas usadas nos animais durante os espetáculos do rodeio, verifica-se o intenso martírio físico sofrido por eles. Esporas pontiagudas, unguentos cáusticos, agulhas elétricas e outros diversos dispositivos de tortura são utilizados para enfurecer e irritar estes animais para fazer o público crer que tratam-se de animais xucros e bravios, quando na verdade, são mansos e domesticados e

⁶¹ PRADA, Irvênia Luiza de Santis. Bases metodológicas e neurofuncionais da avaliação de ocorrência de dor/sofrimento em animais. **Revista de Educação Continuada do CRMV-SP**. São Paulo, 2002.

apenas corcoveiam em desespero, na tentativa de livra-se dos instrumentos que estão oprimindo-os.

A espora é um instrumento de metal, podendo ser pontiagudo ou não, preso na bota dos peões que estoca os animais durante a montaria através de incessantes golpes em seus baixo-ventres, pescoços e até em suas cabeças. Já o sédem - artefato de couro ou crina – é amarrado ao redor do corpo do animal (sobre pênis ou saco escrotal) e é puxado fortemente no momento em que o animal sai à arena. Este elemento, devido ao seu efeito compressor, provoca forte dor e sofrimento ao animal, independentemente de ser confeccionado com material macio. Outros instrumentos utilizados e que causam grande estresse ao animal é o uso de peiteiras – que são instaladas na região torácica do cavalo, ocasionando-lhe sensação de sufocamento – e de sinos, cujo barulho contínuo causa irritação ao animal.

Há ainda, vários métodos clandestinos que ocasionam intensa dor a estes animais, como o choque elétrico, a pimenta, terenbetina e outras substâncias abrasivas que são introduzidas no corpo do animal, as agulhas pontiagudas inseridas no ânus dos animais, entre outros.

Vários laudos técnicos solicitados pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário nas ações judiciais impetradas contra determinadas companhias de rodeio do Estado de São Paulo, concluíram o enorme sofrimento físico e psíquico que estas ferramentas causam aos animais, como, por exemplo, o elaborado pela professora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo Júlia Maria Matera (1997 apud LEVAI, 2004, p.56-57):

A utilização de sedém, peiteras, choques elétricos ou mecânicos e esporas gera estímulos que produzem dor física nos animais em intensidade correspondente à intensidade dos estímulos. Além da dor física, esses estímulos causam também sofrimento mental aos animais, uma vez que eles têm capacidade neuropsíquica de avaliar que esses estímulos lhes são agressivos, ou seja, perigosos à sua integridade.⁶²

Corroborando com o laudo acima, assim comungou a ilustre Dra. Irvênia Prada, que foi por muitos anos Professora Titular da Faculdade de Medicina da USP e tendo mais de uma centena de trabalhos publicados em Anatomia Animal, ao observar as fotos dos animais em plena atividade no rodeio:

Os olhos dos animais mostram uma grande área arredondada, luminosa, conseqüente à dilatação de sua pupila. Na presença de luz, a pupila tende a diminuir de diâmetro (miose). Ao contrário, a dilatação da pupila (midríase) acontece na diminuição ou ausência de luz, na vigência de processo doloroso intenso e na vivência de fortes emoções (medo, pânico..) e que acompanham situações de perigo iminente, caracterizando a chamada Síndrome de Emergência de Canon. No ambiente da arena de rodeio, o esperado seria que os animais estivessem em miose, pela presença de luz. Assim, a midríase que exibem é altamente indicativa de que estejam

⁶² MATERA, Júlia Maria. **Laudo Técnico**. 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos, autos nº 8.961/97, 1997.

na vigência da citada Síndrome de Emergência, o que caracteriza o sofrimento mental.⁶³

Sem embargo tratar-se de atos de crueldade contra os animais, conforme restou tecnicamente comprovado através dos laudos supramencionados e de muitos outros trabalhos técnicos que estudaram o comportamento dos animais de rodeio, estes espetáculos, não obstante continuarem sendo permitidos em diversos municípios brasileiros, faz cada vez mais sucesso em nosso país e vêm acarretando enormes lucros a seus organizadores.

Felizmente, com a vasta divulgação das informações descritas acima acerca da realidade de sofrimento animal ocorrida nos rodeios pelas entidades protetoras de animais de todos países e dos adeptos do bem estar animal, os Tribunais de Justiça vem se posicionando incisivamente contra os maus tratos ocorridos em tal festividade, em especial o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em cujo território acontecem a maior parte das festas de rodeios do país.

Neste sentido, é a seguinte ementa:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - RODEIO - Obrigação de não fazer - Sentença que julgou improcedente o pedido sob o argumento de o mesmo ser genérico e amplo - Inadmissibilidade - O pedido deve ser parcialmente provido como medida de prevenção e proteção ao bem estar dos animais, conforme os pareceres do Ministério Público em 1ª e 2ª grau - Contundência

⁶³ ANÔNIMO. **Rodeios: Crueldade ou Diversão?** Disponível em: <<http://www.apasfa.org/futuro/rodeos.shtml>> Acesso em: 06-08-2011.

dos laudos e estudos produzidos a comprovar que a atividade do rodeio submete os animais a atos de abuso e maus tratos, impingendo-lhes intenso martírio físico e mental, constitui-se em verdadeira exploração econômica da dor - Incidência do art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, do art. 193, X, da Constituição Estadual, além do art. 32 da Lei nº 9.605/98, que vedam expressamente a crueldade contra os animais - Inadmissível a invocação dos princípios da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, pois a Constituição Federal, embora tenha fundado a ordem econômica brasileira nesses valores, impôs aos agentes econômicos a observância de várias diretivas, dentre as quais a defesa do meio ambiente, e a conseqüente proteção dos animais, não são menos importantes - Condenação do apelado MARCELO CHADDAD MAGOGA (DOCTOR'S RANCH) na obrigação de não fazer para que se abstenha de realizar provas de rodeio em festivais/eventos (bulldogging, team roping, calf roping e quaisquer outras de laço e derrubada), e ainda para que se abstenha de realizá-las em treinos e aulas na Fazenda Nascimento, sob pena de aplicação de multa diária - Apelo parcialmente provido

Em verdade, sequer haveria necessidade dos laudos produzidos e constantes dos autos para a notória constatação de que tais seres vivos, para deleite da espécie que se considera a única racional de toda a criação, são submetidos a tortura e a tratamento vil. Ainda que houvesse fundada dúvida sobre o fato do sofrimento e dor causados aos animais utilizados em rodeios - dúvida inexistente diante da prova colacionada -, incide na espécie o princípio da precaução, segundo o qual "as pessoas e o seu ambiente devem ter em seu favor o benefício da dúvida, quando haja incerteza sobre se uma dada ação os vai prejudicar", ou seja, existindo

dúvida sobre a periculosidade que determinada atividade representa para o meio ambiente, deve-se decidir favoravelmente a ele - ambiente - e contra o potencial agressor. CONFERE-SE PARCIAL PROVIMENTO AO APELO.⁶⁴

Assim, verificamos com a ementa acima que o direito animal vem, aos poucos, sendo reconhecido de forma contundente em nossa jurisprudência, fazendo com que os animais sejam reconhecidos como “sujeitos de direitos” e não apenas objetos cujas vidas e integridade física podem ser sobrepostas por interesses econômicos ou até mesmo culturais.

5.2.5 Provas de laço

Outra modalidade desportiva muito comumente realizada nas festas de rodeio são as provas de laço. O esporte possui nomes diversos conforme o número de competidores a entrarem na arena, podendo intitular-se *calf roping* (individual) ou *team roping* (duplas), havendo ainda as conhecidas derrubadas (*bulldogging*), incluindo-se nelas o “pega garrote” e o “laço de oito braços”.

Todas estas modalidades sujeitam os bois e bezerros utilizados a traumatismos múltiplos, como fratura de ossos e rompimento de órgãos internos. Afora o padecimento físico, há também o psíquico, posto que tais provas consistem na perseguição, captura e brutal contenção exercida com o auxílio de cordas.

⁶⁴ Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Apelação nº0013772-21.2007.8.26.0152 –SP, Rel. Des. Renato Nalini, j. 31/03/2011, DOE 07/04/2011.

A violência, contudo, não se restringe ao evento em si, já que os animais sofrem castigos e privações em seus treinamentos, além de serem transportados até as festas em condições precárias e insalubres.

É o que demonstra a advogada paulistana Vanice Teixeira Orlandi, em seu ensaio jurídico “Cruéis Rodeios: a exploração econômica da dor”, ao afirmar que:

Os corcoveios dos animais exibidos em rodeios resultam da dor e tormento de que padecem, não só pelas esporas que lhes castigam o pescoço e baixoventre, mas também pelo “sedém,” artefato amarrado e retesado ao redor do corpo do animal, na região da virilha, tracionado ao máximo no momento em que o animal é solto na arena. É o que concluem dezoito laudos oficiais solicitados pelo Ministério Público e pelo Judiciário, dentre os quais se destacam os proferidos pelo Ibama, pelo Instituto de Criminalística do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. (...) Além dos atos de violência que campeiam pelos bretes e pelas arenas, os animais ainda são submetidos a maus-tratos por ocasião do transporte, que não proporciona condições mínimas de segurança, sendo o embarque realizado de forma precária, com rampas de acesso inadequadas, sujeitando o animal a fraturas.⁶⁵

⁶⁵ ORLANDI, Vanice Teixeira. **Cruéis Rodeios: a exploração econômica da dor**. São Paulo: arquivos da UIPA, 2001. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/artigo_-_cruéis_rodeios_\(a_exploracao_economica_da_dor\).pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/artigo_-_cruéis_rodeios_(a_exploracao_economica_da_dor).pdf)> Acesso em: 20-11-2011.

Levando-se em consideração os fatos acima explicitados, está provado cientificamente que estes procedimentos típicos das festas de rodeio, as transformam em inequívoca manifestação de crueldade para com os animais, caracterizando-se como crime ambiental previsto no art. 32 da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por meta abordar de forma abrangente os aspectos jurídicos que cerceiam os animais domésticos, apresentando algumas informações essenciais para a tutela destes e levantando questões polêmicas sobre o tema.

Para tanto, faz-se necessária, em um primeiro momento, uma análise de como se encontra inserida a fauna no sistema jurídico brasileiro, explicitando-se seu conceito jurídico, natureza jurídica e legislação pertinente.

Sendo assim, algumas conclusões preliminares puderam ser extraídas. Em primeiro lugar, restou demonstrado que a importância da fauna para a sociedade encontra-se salientada em nossa Lei Maior, que previu sua defesa e preservação, estando esta inserida no conceito de meio ambiente.

Verifica-se um inegável conteúdo ético e moral contido no art. 225 da CF, visando não apenas o equilíbrio ambiental, através da preservação das espécies, ou a manutenção dos bons costumes da sociedade, mas também se direcionando aos animais como seres sencientes, passíveis de dor e sofrimento, merecedores de respeito e dignos da sensibilidade humana.

O antropocentrismo exacerbado existente nas normas jurídicas brasileiras começam a dar lugar, então, ao biocentrismo, apesar de em pequena escala. Tal característica indica a início da inserção do sistema jurídico brasileiro na atualidade vivida pela

sociedade globalizada e já observada em alguns países desenvolvidos, onde a preservação do meio ambiente, incluindo-se neste contexto a fauna, antes alvo de degradações inúmeras, é uma das maiores preocupações sociais e políticas.

Verificou-se, também, que os animais, assim como os seres humanos, são, indubitavelmente, titulares de direitos, devendo receber a denominação jurídica de sujeito de direito, posto que possuem uma série de normas que os protegem. Ainda que não possuam capacidade postulatória, seus direitos devem ser defendidos pelo próprio homem, em especial, pelos ilustres membros do *Parquet*.

Analisado os aspectos gerais da fauna no sistema jurídico brasileiro, passou-se ao estudo específico da Fauna Doméstica e de suas implicações legais, elaborado de modo a propiciar uma visão abrangente do direito destes animais, haja vista tratar-se de um tema ainda pouco explorado pelos doutrinadores jurídicos brasileiros. Neste contexto, foi conceituada a fauna doméstica, bem como a maneira que se dá a sua tutela nos vários âmbitos jurídicos.

Pode-se verificar a real existência de uma vasta legislação protetiva dos animais no Brasil, legislação esta que é considerada uma das mais avançadas do mundo, e que se encontra consolidada principalmente pela Constituição Federal e pela Lei de Crimes Ambientais. Verificou-se, outrossim, a existência de diversos instrumentos jurídicos para a efetiva aplicação destas leis e para a validação do direito dos animais, sendo que não há motivo para que estas normas jurídicas continuem obsoletas.

O modelo capitalista em que vivemos e a busca faminta e inacabável pelo lucro fazem com que quase que 100% (cem por cento) das hipóteses de crueldade para com os animais domésticos sejam deliberadas. É o que verificamos nos matadouros, nos espetáculos de rodeios, vaquejadas e outras manifestações ditas culturais, nos centros de controle de zoonoses, nas rinhas de galos e outros animais e, sobretudo, nas atividades relacionadas à experimentação animal (vivi-seção) e ao agronegócio.

Por fim, verifica-se que existem diversas normas em nosso direito pátrio visando preservar os direitos dos animais domésticos, que tão intimamente convivem com os seres humanos. No entanto, é preciso que estas leis sejam efetivamente aplicadas, obedecidas, respeitadas e, do mesmo modo, divulgadas para que todos tomem conhecimento de sua existência e de que se encontram sujeitos às sanções previstas no caso delas serem descumpridas.

Para tanto, uma efetiva atuação do Ministério Público, principalmente, faz-se necessária, já que conforme exposto no capítulo quatro da presente monografia, este é o representante legal dos animais, dos domésticos inclusive, devendo defendê-los da melhor forma possível, através dos diversos mecanismos jurídicos que se encontram a sua disposição para a tutela jurídica efetiva destes.

BIBLIOGRAFIA

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

AMABIS, José Mariano *et alii*. **Biologia das Populações**. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

ANÔNIMO. **Rodeios: Crueldade ou Diversão?** Disponível em: <<http://www.apasfa.org/futuro/rodeios.shtml>> Acesso em: 06-08-2011.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 5.ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. A proteção do meio ambiente na Constituição brasileira. In: **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 1.v.

BECHARA, Erika. **A proteção da fauna sob a ótica constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

BENJAMIN, Antonio Herman (org.). **Fauna, políticas públicas e instrumentos legais: Wildlife protection: policy and legal instruments**. São Paulo: Instituto O direito por um planeta verde, 2004.

_____. **A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso**. Disponível em: <<http://www.nipeda.direito.ufba.br/artigos/pdf/ufbanaturezacoisa.pdf>> Acesso em: 11-11-2011.

CARRAMENHA, Roberto. **Direito da Natureza: considerações sobre o direito ambiental brasileiro e a lei dos crimes ambientais: com o texto integral da lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1999.

CORDEIRO, Tiago. **Animais: gente como a gente**. Elaborado em junho-2006. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/mundo-animal/animais-gente-como-gente-446505.shtml>> Acesso em 10-12-2011.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. Crueldade contra animais e a proteção destes como relevante questão jurídico-ambiental e constitucional. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. n.10.

_____. **Direito ambiental e questões jurídicas relevantes**. Campinas: Millenium Editora, 2005.

DIAS, Edna Cardozo. **A Tutela Jurídica dos Animais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

_____. **Os animais como sujeitos de direito.** Elaborado em 09-2005. Disponível em: <http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/os_animais_como_sujeitos_de_direito.pdf> Acesso em: 16-07-2011.

DIAS, Edna Cardozo. **A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil.** Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/artigos/a_defesa_dos_animais_e_as_conquistas_legislativas_do_movimento_de_protecao_animal_no_brasil.html> Acesso em 11-07-2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. ABELHA RODRIGUES, Marcelo; ANDRADE NERY, Rosa Maria. **Direito Processual Ambiental Brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

JÚNIOR, Jarbas Soares; ALVARENGA, Luciano José (coords.). **Direito ambiental no STJ.** Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010.

LEITÃO, Geuza. **A voz dos sem voz – Direito dos Animais.** Fortaleza: Edições Inesp, 2002.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais.** 2ª ed. rev. amp. atual. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2004.

_____. **Crueldade consentida: a violência humana contra os animais e o papel do Ministério Público no combate à tortura institucionalizada.** Disponível em: <http://www.forumnacional.com.br/crueldade_consentida.pdf> Acesso em: 06-08-2011.

_____. **Ministério Público e Proteção Jurídica dos Animais.** Disponível em: <http://www.forumnacional.com.br/ministerio_publico_e_protecao_juridica_dos_animais.pdf> Acesso em: 26-07-2011.

_____. **Os animais sob a visão da ética.** Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/artigos/a_defesa_dos_animais_e_as_conquistas_legislativas_do_movimento_de_protecao_animal_no_brasil.html> Acesso em 20-08-2011.

_____. Palestra realizada no **Simpósio do IJA: Florestas, animais e direito à vida.** São Paulo/SP: Realização do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância) USP e Instituto de Justiça Ambiental, 26 e 27 de maio de 2011.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1952.1.v.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998.

MARTINS, Renata de Freitas. **Animais Domésticos- Introdução**. 2001. Disponível em: < <http://renata.maromba.sites.uol.com.br/artigo11.htm>>. Acesso em: 20-06-2011.

MATERA, Júlia Maria. **Laudo Técnico**. 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos, autos nº 8.961/97, 1997.

MATTOS, Otan Orlandini de. **A Briga de Galos e a Lei**. São Paulo: Gráfica Saraiva, 1954.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. ref. atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Antropocentrismo x ecocentrismo na ciência jurídica. In: **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora RT, 2004. Ano 5, nº36. p. 9-42.

NUNES, Rizatto. **Manual da monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese**. 8ª ed. rev. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

ORLANDI, Vanice Teixeira. **Cruéis Rodeios: a exploração econômica da dor**. São Paulo: arquivos da UIPA, 2001. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/artigo_crueis_rodeios_\(a_exploracao_economica_da_dor\).pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/artigo_crueis_rodeios_(a_exploracao_economica_da_dor).pdf)> Acesso em: 20-11-2011.

PRADA, Irvênia Luiza de Santis. **A alma dos animais**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1997.

_____. Bases metodológicas e neurofuncionais da avaliação de ocorrência de dor/sofrimento em animais. In: **Revista de Educação Continuada do CRMV-SP**. São Paulo, 2002.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito – Situação Atual**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

REGAN, Tom. **Empty cages: facing the challenge of animal rights [Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais]**. Maryland, U.S.A.: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. Curitiba: Editora Juruá, 2005.

SANTANA, Heron José de. **Espírito Animal e o fundamento moral do especismo**. Revista Brasileira de Direito Animal- Vol. 1, n.1 – Instituto de Abolicionismo Animal: Salvador/BA, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, Luciana Caetano da. **Fauna terrestre no Direito Penal Brasileiro**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

SILVA, Marina. Palestra proferida na abertura do **13º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental**. São Paulo, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 6ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

SOARES, José Luis. **Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia**. São Paulo: Scipione, 1993.

VITTA, Heraldo Garcia. **O meio ambiente e a ação popular**. São Paulo: Saraiva, 2000.

WATANABE, Shigueo (Coord.). **Glossário de ecologia**. São Paulo: ACIESP, 1997.